



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais -
FAJS

RODRIGO IAGO PESSOA DA SILVA

O DEBATE SOBRE O WIKILEAKS E SEU IMPACTO NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Brasília

2013

RODRIGO IAGO PESSOA DA SILVA

**O DEBATE SOBRE O WIKILEAKS E SEU IMPACTO NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Relações Internacionais para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof^a. Raquel Boing Marinucci

**Brasília
2013**

RODRIGO IAGO PESSOA DA SILVA

**O DEBATE SOBRE O WIKILEAKS E SEU IMPACTO NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Relações
Internacionais para a Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientadora: Prof^a. Raquel Boing
Marinucci

Brasília, novembro de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Orientador

Prof. Examinador

Prof. Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo suporte incondicional, sem os quais essa formação não poderia ter acontecido.

À professora Raquel Boing Marinucci, competente e inspiradora mestra, por ter confiado em mim e me orientado durante anos, contribuindo enormemente para a minha formação e para a realização deste trabalho.

Ao corpo docente da instituição que generosamente dividiu o seu conhecimento para que possamos nos tornar profissionais competentes.

Aos amigos e colegas de curso que me acompanharam durante este período de engrandecimento tornando. Em especial à amiga Deolinda Vianna pela parceria e companheirismo durante todo o curso.

RESUMO

Em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente, atores como instituições internacionais, empresas e até organizações da sociedade civil participam da construção da agenda internacional. A chamada revolução digital transcende as barreiras nacionais e permitem que informações sobre o processo decisório, documentos considerados de interesse interno à administração ou à diplomacia e o acompanhamento de ações secretas venham à tona e sejam divulgados com facilidade inédita na história, via internet. A legitimidade da razão de Estado passa a ser contestada em nome da necessidade de transparência e do direito de informação. Nesse contexto, ganha destaque as atuações do WikiLeaks, organização sediada na Suíça que tem por objetivo a promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação. As ações da organização servem como exemplo da atuação dos chamados “novos atores” e revelam inflexões na corrente teórica sob a qual o campo de Relações Internacionais se firmou. Assim, o presente trabalho busca compreender como ações de organizações da sociedade civil, fortalecidas pelo poder das novas tecnologias, como o WikiLeaks, podem ser analisadas sob o ponto de vista teórico das relações internacionais. Para isso, foram feitas análises sobre a evolução da mídia, a história e funcionamento da internet e as avaliações acerca da legitimidade das ações da organização. Foram analisados alguns dos documentos originais, além da sua repercussão, que tratam do contexto internacional e brasileiro a fim de tentar perceber seus os impactos na política internacional.

Palavras chave: WikiLeaks. Sociedade civil. Internet. Novos atores

ABSTRACT

In an increasingly globalized and interdependent world, actors such as international institutions, enterprises and even civil society organizations, participate in the construction of the global agenda. The so called digital revolution transcends the national barriers allowing that information involving the decision-making process, documents considered as internal interest or diplomatic issues and the monitoring of secret actions come to surface, through the internet. The legitimacy of the reason of State starts to be questioned in the name of the need of transparency and the access to information rights. In this context, the acts of WikiLeaks are a critical feature. The organization has as an objective the promotion of the expression freedom and the access of information. Its acts are an example of the role that the so called “new actors” play in the international politics, and reveals inflections in the theoretical chain in which the International Relations field has been cemented. In this manner, the present work seeks to understand how the actions of the civil society, strengthened by the power of the new technologies, as the WikiLeaks, can be analyzed under the point of view of the international relations theories. In this regard, analysis about the media’s evolution, the history and functioning of the internet and the evaluations around the legitimacy of the organization actions were made. Some original documents, and its repercussion, in international and Brazilian context, were analyzed in order to observe its impacts on international politics.

Key words: WikiLeaks. Civil Society. Internet. New actors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. APRESENTAÇÃO TEÓRICA: LIBERALISMO E TEORIA CRÍTICA	8
1.1 O marxismo de Antonio Gramsci.....	13
1.2 Robert Cox: a crítica ao realismo e as forças sociais.....	17
1.3 A corrente liberal e as novas formas de poder: <i>softpower</i>	24
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRIA E CONCEITUAL	29
2.1 Conceitos fundamentais.....	30
2.2 Desdobramento histórico da mídia.....	31
2.3 Processo histórico da internet.....	36
2.4 Funcionamento e impacto da Internet.....	39
2.5 O WikiLeaks.....	42
3. ANÁLISE DE CASO: WIKILEAKS, IMPACTOS E CASOS EMBLEMÁTICOS	47
3.1 Impactos positivos e negativos da atuação da organização.....	47
3.2 Documentos vazados: contexto internacional.....	52
3.2.1 Diários de Guerra: Iraque e Afeganistão.....	52
3.2.2 Documentos Diplomáticos: Cuba.....	54
3.2.3 Documentos Diplomáticos: Oriente Médio.....	55
3.2.4 Documentos Diplomáticos: China, Rússia e Paquistão.....	58
3.3 Documentos vazados: contexto nacional.....	59
3.3.1 Documentos Diplomáticos: Brasil X Estados Unidos.....	60
3.3.2 Documentos Diplomáticos: contexto regional.....	62
3.3.3 Documentos Diplomáticos: Informações nacionais.....	63
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

O campo das Relações Internacionais se delimitou, sob forte influência da corrente Realista, estabelecendo o Estado em uma perspectiva “unitária” e como o seu principal ator. A lógica militar representa, no modelo realista, um mecanismo essencial para manutenção do poder. Nesse sentido, outros atores ou categorias de análise para o campo acabam por ter que se justificar e se apresentar como “novos atores”. Este é o caso de inúmeras organizações da sociedade civil, definida muitas vezes em oposição ao Estado e ao mercado. No entanto, as conjunturas do sistema internacional contemporâneo revelam, cada vez mais, inflexões na atual concepção estatista da disciplina. Atualmente, é indispensável analisar as relações internacionais sem levar em consideração a atuação do indivíduo seja por meio de empresas transnacionais ou organizações não governamentais. Não se pretende com isso, diminuir a importância do Estado no sistema internacional, no entanto este claramente se vê obrigado a dividir a sua participação com organizações de indivíduos e também com instituições internacionais, que são por ele criadas e legitimadas.

Tendo isso em vista, análises sob a ótica de correntes como o liberalismo e a teoria crítica tentam expandir a visão realista para além do foco no Estado e de sua disputa constante por poder. Ao se centrar no indivíduo, a teoria liberal busca identificar como esses agentes se organizam a ponto de poderem interferir nas estruturas do sistema internacional. Além de considerar o papel do indivíduo, a corrente liberal aponta que novas formas de poder, além da militar, também se tornam poderosos instrumentos em um mundo de interdependência complexa. Isso porque, nesse ambiente, não existe, na política internacional, uma hierarquia de interesses o que faz com que o uso da força não seja o único mecanismo eficiente de política. Também é preciso levar em conta a importância da manifestação do poder através de aspectos econômicos, institucionais, culturais e sociais. O domínio sobre a informação e a comunicação é aí incluída e não pode ser ignorada, uma vez que se torna também um poderoso instrumento de poder.

Além da visão liberal, a teoria crítica, ao se basear no marxismo, busca compreender a capacidade do indivíduo em alterar as estruturas que se estabelecem ao longo do tempo por um poder maior ou uma hegemonia. Considerar a lógica transformadora da quebra de paradigmas solidificados e que acabam recebendo grande

legitimidade é o maior diferencial da teoria crítica. Ao aliar o estudo da sociedade civil ao do Estado, a teoria crítica aproxima dois elementos que são comumente analisados de forma separada. Ações da sociedade civil podem, segundo essa visão, iniciar mudanças estruturais nos planos internos que acabarão por transpor as fronteiras nacionais, impactando diretamente o sistema internacional.

É fato que as relações entre os Estados tem se desenvolvido desde a paz de Westphalia. No entanto, a participação da sociedade civil na agenda internacional é um fenômeno relativamente recente e que merece ser compreendido. As atuações da sociedade civil são definidas muitas vezes em oposição ao Estado e ao mercado e é preciso transcender essa polarização teórica para que novas formas de comunicação, como o WikiLeaks, possam ser estudadas e compreendidas.

Essa mudança de perspectiva na análise do sistema internacional não acontece por acaso. Ela é uma consequência das mudanças proporcionadas pelo fenômeno da globalização que está muito associado ao avanço da tecnologia. A inovação tecnológica é responsável por aumentar enormemente a capacidade dos indivíduos se comunicarem à longa distância, além de intensificar o trânsito internacional, causando a sensação de diminuição do espaço e do tempo. O conjunto desses fatores favorece a atuação dos indivíduos no plano internacional na medida em que proporciona meios de integração para além das fronteiras nacionais. As novas tecnologias podem ser analisadas como mecanismos que impõe desafios à manutenção da autoridade do Estado ao mesmo tempo em que empoderam os novos atores da sociedade civil em suas atuações.

Organizações sociais têm visto, nesse contexto, uma nova forma de atuação que se provou ser muito útil e favorável na elaboração de suas manifestações. Esses novos aparatos tecnológicos, que continuam a surgir e se renovar, têm também modificado as relações entre os indivíduos e suas movimentações em sociedade, proporcionando novas formas de organização e de difusão de ideias em cadeia global. A atuação do WikiLeaks, organização que tem por objetivo a promoção da liberdade de expressão e o acesso à informação, ganha destaque nesse contexto. Tal organização promoveu o “maior vazamento da história” de documentos classificados como sigilosos pelo governo norte americano. O conteúdo dos vazamentos inclui diários de guerras que narram detalhes da invasão do Afeganistão e do conflito no Iraque, documentos da comunicação diplomática dos Estados Unidos, entre outros casos.

Partindo do pressuposto que informação é poder, o estudo da mídia também se faz fundamental na tentativa perceber como ela pode ser utilizada a favor ou contra às ações do Estado. A ampliação dos direitos individuais nos Estados contemporâneos democráticos, consequência de constantes lutas políticas, é questionada na medida em que se revela a interferência silenciosa das instituições estatais nas relações individuais. Sob esse aspecto, a internet tem grande utilidade ao proporcionar um ambiente de comunicação favorável ao encontro de consciências diferentes e separadas geograficamente. Organizações da sociedade civil, como o próprio WikiLeaks, tem utilizado a internet para alcançar suas demandas coletivas na tentativa de se esquivar das amarras do Estado, embora elas existam.

Costuma-se dizer que vivemos a era da informação: nunca se produziu e se consumiu tanta notícia em quantidade e velocidade como nos dias de hoje. Hoje, tal “informação” diz respeito tanto aos “altos assuntos” do mundo político como às excentricidades de artistas perseguidos por sedentos *paparazzi*. A informação continua nos chegando através dos tradicionais diários impressos e televisivos. Entretanto, cada vez mais novas tecnologias têm sido usadas para atender as necessidades de informação “precisa” da rotina cotidiana. Televisões por assinatura, internet com sites oficiais e blogs, *smart phones*: todos nos “abastecendo”. É impossível acompanhar tudo o que nos é narrado por esses diversos meios, mesmo que grande parte da informação acabe sendo repetida. Há, no entanto, informações diferenciadas e que parecem alterar a estrutura de poder tanto no âmbito nacional como no mundial. Tendo dito isto, é preciso analisar em que medida as novas tecnologias de informação – mais especificamente as táticas da organização WikiLeaks – alteram as práticas políticas contemporâneas.

Embora a organização não seja a primeira a se utilizar do vazamento ilegal de documentos para alcançar o grande público, as atividades da organização se diferenciam primeiramente pelo volume divulgado. Além disso, a relevância dos documentos aumenta na medida em que tem como objeto central a maior economia do mundo, os Estados Unidos. O país é talvez o único no mundo que tem interesse em direcionar a sua política externa para todo o planeta. Assim, a análise dos documentos afeta o mundo como um todo e não somente o seu protagonista. Como não poderia deixar de ser, isso também inclui o Brasil e por isso, também serão trabalhados alguns dos principais temas vazados nos documentos nos quais o país é citado.

O WikiLeaks tem provocado mudanças no comportamento dos Estados e levantando debates importantes no plano internacional. Considerando o exposto, o presente trabalho, ao analisar a teoria crítica e liberal, busca analisar o papel que a sociedade civil desempenha em algumas correntes teóricas das relações internacionais e como ela tem sido marginalizada por outras. Além disso, busca perceber as mudanças nos meios tradicionais de mídia dado o avanço da internet e como esta pode ser utilizada como ferramenta para as organizações civis. Por fim, pretende explorar em que medida as atuações do WikiLeaks impactam, proporcionam mudanças no comportamento dos Estados e no sistema internacional e como elas repercutiram nos veículos de mídia tradicionais.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro se dedica a discutir, em quatro sessões independentes, as principais correntes teóricas do campo de Relações Internacionais que consideram a participação social no processo político. Após apresentar o debate teórico que caracteriza o campo, são trabalhados os principais conceitos de Antonio Gramsci já que a sessão seguinte é dedicada ao trabalho de Robert Cox que os analisa pensando o contexto internacional. Por último, é feito um contraponto à teoria crítica com o argumento liberal de Joseph Nye e o seu conceito essencial de *softpower*.

Por considerar que o estudo da mídia e da sociedade civil estão muito associados, após a apresentação de alguns conceitos fundamentais para o estudo desta primeira, no segundo capítulo, dividido em cinco sessões, são analisados os caminhos percorridos pela mídia ao longo do tempo até o desenvolvimento da internet. A discussão histórica continua nas sessões seguintes, quando se analisa o desenvolvimento da internet bem como o seu funcionamento. Por último, é levantado um histórico da criação e da atuação do objeto de estudo, o WikiLeaks.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do objeto com base nos conceitos teóricos e históricos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Na primeira sessão são levantados os principais argumentos contra e a favor das atividades da organização. Na segunda e terceira sessão, foram selecionados alguns dos documentos mais polêmicos a fim de explorar as consequências de suas divulgações bem como as suas repercussões nos principais meios de comunicação.

1. APRESENTAÇÃO TEÓRICA: LIBERALISMO E TEORICA CRÍTICA

Sendo o objetivo central do presente trabalho a análise do papel da sociedade civil nas relações internacionais, o recorte teórico foi feito levando em conta a importância que o objeto de estudo desempenha em cada teoria. Por isso, foram selecionadas a corrente Liberal e Crítica, de modo a tentar perceber como as diferenças teóricas entre ambas as visões contribuem para o estudo do tema. Os principais aspectos de tais correntes serão apresentados durante essa sessão na tentativa de justificar tais escolhas. Serão dedicadas sessões posteriores para um maior detalhamento de ambas as correntes.

Os caminhos percorridos pelo campo teórico de Relações Internacionais, sempre muito associado ao crescimento de pesquisas em outras áreas das ciências sociais, é dividido, segundo Jackson e Sørensen¹, em dois grandes grupos teóricos. De um lado, posicionam-se os chamados objetivistas e, de outro, os subjetivistas. O primeiro grupo procura um entendimento das relações internacionais por meio da construção de uma metodologia muito mais empírica, aos moldes das ciências naturais, por entenderem que o objeto de estudo é algo sólido e existente. Nesse grupo de discussões estão enquadradas, por exemplo, as chamadas teorias behavioristas. O segundo grupo propõe uma análise voltada para o entendimento, e não para a explicação, por acreditarem que as relações internacionais são construídas por ideias e conceitos organizados politicamente. Nesse segundo grupo, estão localizadas as teorias classificadas como pós-positivistas. Embora alguns autores afirmem que os dois lados são mutuamente excludentes, algumas teorias tendem a encontrar um meio termo entre os dois extremos, buscando a posição mais apropriada entre os dois modos de se fazer ciências e é nesse ponto em que se encontram as teorias utilizadas no presente trabalho.

Já nos primeiros debates teóricos das relações internacionais, as correntes Liberais e Realistas se opunham, uma vez que possuíam metodologias diferentes para explicar o comportamento dos Estados no sistema internacional. Embora o conflito e a manutenção da paz tenham sido o objetivo comum entre ambas, a teoria realista acreditava no papel exclusivamente exercido pelo Estado, como objeto unitário, enquanto a liberal acreditava no papel dos indivíduos que, afinal, eram os constituintes do Estado. Esse foco no papel do indivíduo em muito está relacionado à revolução

¹ JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

intelectual liberal moderna que buscou a emancipação individual por meio da racionalidade. Essa racionalidade é a responsável por ações colaborativas e cooperativas capazes de assegurar os interesses individuais e, conseqüentemente, o coletivo². O Estado deve servir, portanto, para assegurar a liberdade individual o que reforça a importância de formas de governos democráticos. No plano internacional, o processo seria semelhante ao processo externo uma vez que não só o Estado é agente no sistema internacional, ele divide o espaço com organizações individuais que ganham mais força com o advento da tecnologia. Um alto grau de ligações individuais construídas transnacionalmente:

“Estimula relações pacíficas, as quais correspondem a algo mais do que a simples ausência de guerra. Resulta em uma comunidade de segurança, ou seja: ‘um grupo de pessoas que se tornam integradas’[...] , ‘noção de comunidade’”.³

No entanto, o debate entre as correntes do liberalismo e do realismo, que durante muito tempo dominou o campo teórico das relações internacionais viu-se ameaçado com a nova realidade que o mundo enfrentava: o acirramento e término da guerra-fria, além da aceleração dos processos de globalização. A teoria crítica surge, portanto, em um período de transição da ordem global e contribuiu para ampliar a agenda de temas de pesquisa para além do tradicional enfoque da segurança e da política externa ao incluir:

“Questões como o problema da mudança nas relações internacionais; os temas da hegemonia, da emancipação e da desigualdade; a centralidade do Estado como ator; o meio ambiente; as questões culturais; a integração das estruturas econômicas na reflexão sobre a política mundial; a ausência de uma dimensão ética na reflexão da área; o conceito de sociedade civil global, entre outras.”⁴

Embora os pensadores de Relações Internacionais ainda se dividam majoritariamente entre as correntes tradicionais (realismo e liberalismo), a teoria crítica instala, inegavelmente, um novo ambiente de discussão além de levantar uma discussão ontológica e epistemológica superando os discursos metodológicos nos quais a produção teórica costumava se concentrar. Essa expansão teórica em muito está

² JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

³ JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

⁴ NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. P. 133

associada à produção de Robert Cox que, por sua vez, foi muito influenciada pelo trabalho de Antonio Gramsci.

Pode-se dizer que a teoria crítica tem sua origem na escola de Frankfurt, que percebeu uma grande contradição nos métodos científicos inaugurados com o advento da modernidade e com a já citada revolução intelectual liberal. Naquela época, o discurso racional passou a ser predominante graças à ideia de emancipação a ele agregado. O que a teoria crítica chama atenção é que, na verdade, os rumos que as ciências naturais tomaram durante a sua evolução vão contra esse discurso uma vez que o foco passou muito mais a ser a previsão para o controle e não a emancipação. Esse controle só é possível nas ciências naturais por que, teoricamente, o cientista consegue se manter “afastado” do objeto de estudo e conseqüentemente neutro⁵.

Essa neutralidade não pode acontecer nas ciências sociais por um motivo fundamental: o cientista faz, ele próprio, parte do objeto de estudo. E a principal conseqüência disso é uma teoria influenciada por interesses que não só impossibilita a emancipação como também perpetua as relações de controle⁶. O principal ponto de divergência entre a teoria crítica e as chamadas teorias clássicas é exatamente esse caráter de neutralidade em que a segunda tenta se firmar. Isso por que:

“Para teóricos críticos, fatos são produtos de estruturas sociais e históricas específicas. A percepção de que as teorias estão fixadas nessas estruturas permite que os teóricos críticos reflitam sobre os interesses atendidos por uma teoria particular. O objetivo explícito da teoria crítica é promover a emancipação humana [...] assumindo uma função até no debate político”⁷.

Por acreditar que haveria uma forte ligação entre o conhecimento e o poder, em uma associação direta com o Estado, a teoria crítica (e aqui se destaca o pensamento de Max Horkheimer) afirma que esse tipo de produção perpetuava a situação de dominação do homem pelo homem. Assim, para que uma transformação social ocorresse, seriam necessárias as ações de forças sociais, na qual os cientistas críticos se colocariam em vanguarda, que objetivassem a emancipação. Nesses termos, percebe-se que a teoria crítica se fundamenta, e encontra, no marxismo, terreno fértil para se multiplicar⁸.

⁵ JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

⁶ SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. Em: *Contexto Internacional*, v. 27, n.2, dez. 2005, pp. 255 – 282.

⁷ SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. Em: *Contexto Internacional*, v. 27, n.2, dez. 2005, pp. 253.

⁸ SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. Em: *Contexto Internacional*, v. 27, n.2, dez. 2005, pp. 255 – 282.

No campo das Relações Internacionais o principal afluente da teoria crítica é, o já citado, Robert Cox. A explicação para isso está em muitos manuais teóricos nos quais Cox é descrito como inaugurador de um novo rumo de pensamento, uma alternativa ao positivismo neorrealista que parecia dominar o campo teórico principalmente nos Estados Unidos.⁹

Ao se fundamentar no marxismo, as teorias críticas em R.I são constantemente descritas como aquelas que pensam nas desigualdades estruturais na tentativa de superá-las tendo em vista que as relações entre os Estados não só possibilitam como também mantêm as condições de desigualdade entre os mesmos. A ideia emancipatória associada à teoria crítica se relaciona com um dos principais pontos de crítica que Cox faz à teoria realista: o pressuposto de que a realidade é pré-definida e incapaz de se modificar e logo, se torna possível perceber padrões na realidade a fim de criar regras universais. Duas heranças do pensamento marxista são claramente percebidas nessa crítica: a primeira é que cada teoria é relativa ao momento histórico e, portanto, a realidade deve ser encarada como dinâmica e não como pré-estabelecida; a segunda faz referência ao papel das ideologias e da hegemonia que ao se perpetuarem impedem a consciência de classe e faz com que o indivíduo aceite sua condição social como um dado da natureza.¹⁰ Assim, a teoria crítica assume seu caráter político ao perceber e delatar as contradições existentes na ordem mundial além de sustentar a possibilidade de reformas sociais profundas, a fim de tornar a ordem mundial mais justa.

Embora a teoria crítica seja descrita como alternativa às teorias tradicionais, Silva¹¹ aponta que também existem desafios à exploração dessas teorias no campo das Relações Internacionais. Os dois primeiros desses desafios seriam semelhantes às constatações Frankfurtianas. O primeiro é a incapacidade que se tem, nas ciências sociais, de se “separar” o investigador do seu objeto de estudo, uma vez que ele próprio faz parte desse objeto. As consequências disso constituem o segundo desafio: as já citadas influências sobre a produção teórica consequências estas que dão origem a uma das frases mais citadas de Cox “Theory is always *for* someone and *for* some purpose”. O terceiro desafio acontece no âmbito ontológico, uma vez que o principal objeto de estudo das Relações Internacionais, o Estado, não possui uma definição própria. Além

⁹ Tais descrições podem ser encontradas em manuais como: GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto, 2004.

¹⁰ NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005

¹¹ SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. Em: *Contexto Internacional*, v. 27, n.2, dez. 2005, pp. 255 – 282.

disso, a capacidade de mutação que as realidades sociais possuem dificultam a produção de ciência capaz de prever comportamentos objetivando a descoberta de regras universais como ocorre nas ciências naturais. Por fim, o quarto e último desafio faz referência à capacidade que as teorias tem de moldar a realidade e ao mesmo tempo o contrário também acontece em um processo mútuo tornando-se impossível dissociar a produção teórica do momento histórico. Em outras palavras: “não se procura a construção de um conhecimento universal e absoluto, mas a criação de uma nova perspectiva adequada ao momento atual”¹².

Como já foi dito, a teoria crítica não nega a existência de influências nas produções teóricas e as assume em sua própria produção ao deixar claro que o seu objetivo é a emancipação. Ou seja, a teoria crítica não é neutra, ela é politicamente carregada de um interesse na transformação social e política. Como podemos notar no seguinte trecho:

“Teóricos críticos buscam o conhecimento com uma finalidade política: libertar a humanidade das “opressivas” estruturas da política e da economia mundiais, que são controladas por poderes hegemônicos, em particular os Estados Unidos capitalista. [...] Buscam desmascarar a dominação global do Norte rico sobre o Sul pobre.”¹³

Ao assumir o seu caráter político visando a transformação da ordem atual, a teoria crítica recebe duas das suas principais críticas. A primeira é justamente a premissa de que toda produção científica, para ser válida, deve ser imparcial mesmo que isso não seja concretizado pelas correntes teóricas que se dizem neutras. A segunda crítica diz respeito ao caráter utópico citado por diversos autores como mais uma forma de idealismo. Uma terceira crítica faz referência à preocupação com a qualidade das produções acadêmicas que, segundo a teoria crítica, não seriam científicas e sim políticas¹⁴.

Tendo sido, nesta seção, introduzido a discussão teórica que servirá de base para as análises desse trabalho, as próximas seções se dedicarão a explicar melhor os elementos que compõem a produção teórica de Robert Cox (bem como os elementos de sua principal inspiração, Antônio Gramsci) além de contrapô-los à percepção teórica tradicional de Joseph Nye. Após isso, será mais fácil compreender a participação da

¹² SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. Em: *Contexto Internacional*, v. 27, n.2, dez. 2005, pp. 257

¹³ JACKSON, Robert e SØrensen, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

¹⁴ JACKSON, Robert e SØrensen, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.

sociedade civil nas diferentes produções teóricas do campo das Relações Internacionais, o que também será discutido em sessões posteriores.

1.1 O marxismo de Antonio Gramsci

Durante essa seção, serão discutidos os principais conceitos do trabalho de Antonio Gramsci cuja obra fez importante contribuição ao acrescentar ao marxismo uma visão voltada para a ação política. Entende-se que os conceitos essenciais por ele apresentados, como o de sociedade civil, hegemonia, consenso e as guerras de posição e movimento, podem ser diretamente associados à realidade contemporânea. A opção por tal conjunto conceitual deve ser justificada conforme o detalhamento do mesmo avança.

Talvez um dos principais diferenciais de Antonio Gramsci tenha sido a sua participação direta no ambiente político, como um líder intelectual, durante a primeira guerra e os anos seguintes na Itália. Esse envolvimento direto com a militância é uma das críticas que se fazem ao autor já que nos seus escritos os fins políticos, e não acadêmicos, são o que se destacam. Isso talvez se justifique pelo fato de Gramsci ter presenciado de perto todo o conflito partidário entre esquerda e direita no qual o fascismo saiu como vitorioso. Viu, então, o fracasso de um movimento revolucionário das massas trabalhadoras diante de um fascismo reacionário apoiado pela classe dominante¹⁵. Embora o seu pensamento seja associado à corrente marxista, o enfoque gramsciano não está nas estruturas de produção (embora ele não negue a importância da visão mais econômica de Marx) e sim nas lutas políticas.

Um dos principais conceitos de Gramsci, e talvez um dos que mais o diferencia de seus antecessores, é o de sociedade civil que está associado ao conceito de Estado. Isso porque ele leva a sociedade civil para o âmbito superestrutural, o chamado Estado ampliado. Segundo o seu pensamento, é através dessa superestrutura ampliada que a dominação das classes se perpetua e impede o desenvolvimento da consciência de classe.

“Não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender o seu papel de classe, nem eram somente as instituições ‘privadas’ da sociedade [...] mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das

¹⁵ CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 12ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

relações de produção [...]; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura”¹⁶

O instrumento pelo qual a classe dominante se mantém no poder é o da hegemonia. Esta conceito é também fundamental no pensamento de Gramsci a medida que ele acrescenta o papel das ideologias na forma de controle do Estado, que em muitos momentos se estabeleceu por meio do uso da força. Segundo Gramsci, o consenso deve prevalecer sobre a força em uma associação à figura mitológica do centauro de Maquiavel. No entanto, embora o Estado tenha os seus mecanismos coercitivos e autoritários para manter o poder, ele começa, segundo Gramsci, a se enfraquecer a partir do momento que os utiliza no lugar do consenso. A importância ao consenso distingue o pensamento gramsciano do pensamento de Maquiavel. O consenso, difundido por meio dos aparelhos de hegemonia é o que impede que a classe oprimida perceba as condições de exploração para que a revolução da massa possa acontecer. O consenso criado por meio dos aparelhos hegemônicos são percebidos no seguinte trecho:

“[...]A capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas, etc [...] As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade”¹⁷

Segundo Carnoy¹⁸, a hegemonia tem dois significados em Gramsci. O primeiro é a hegemonia que parte da classe dominante exerce sobre o restante da mesma ao articular seus interesses para as outras frações. A segunda, e mais importante, compreende as tentativas da classe dominante em usar a sua liderança para consolidar a sua própria visão de mundo como universal limitando o pensamento da classe subordinada conforme o trecho citado acima. Essa segunda definição não é estática, pelo contrário, deve estar em constante atualização a fim de superar possíveis crises hegemônicas. Essa constante reorganização do poder do Estado é chamada por Gramsci de revolução passiva.

¹⁶ CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 12ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2006. p. 91

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3 Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [Q. 13 §30] p. 82.

¹⁸ CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 12ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

Quando o consenso deixa de fazer sentido em decorrência de ações impopulares do Estado e este tem que recorrer aos meios coercitivos, instala-se uma crise hegemônica. A massa passa a perceber nesse momento que a realidade histórica é contraditória e através de um processo dialético passa a ser questionada. “Gramsci considerava pouco provável que o proletariado pudesse obter o controle sobre o Estado através de um ataque direto como na Rússia”¹⁹, a chamada guerra de movimento. O movimento dialético se faz necessário e acontece por meio da chamada “guerra de posição”. Esse processo acontece, segundo Carnoy, em quatro etapas.

O primeiro momento se dá a partir das tomadas de consciência individuais que passa a ser coletiva no momento em que este grupo passa a demandar maior participação no Estado estabelecendo assim, uma contra hegemonia. Nesse primeiro momento, destaca-se o papel dos chamados “intelectuais orgânicos” que, assim como faz a burguesia, tem o papel de difundir uma concepção de mundo consciente para além dos interesses de classes. O segundo momento diz respeito ao processo dialético em que a coletividade instala por meio da criação de organizações da classe trabalhadora até que a hegemonia proletária incorporasse o próprio Estado. O terceiro momento é a fase em que o proletariado deixa de ser localizado e passa a se organizar internacionalmente unindo as ações dos partidos de massa em diferentes Estados. E por fim, o quarto processo, é a instalação de uma hegemonia proletária.

O conceito entendido por dialético, outro ponto fundamental no trabalho de Gramsci, implica em conflituoso embate entre na relação entre estrutura e superestrutura, em um processo entre a tese, a antítese (em oposição à tese) e a nova síntese. Esse processo tem como resultado o chamado “bloco histórico” no qual “toda antítese deve necessariamente se colocar como antagonista radical da tese, até o ponto de propor-se a destruí-la completamente e substituí-la”²⁰. O bloco histórico pode ser tanto a ideia dominante ou a ideia emergente.

O momento de superação da exploração entre classes tem início com uma série de antíteses, o que fica claro no seguinte trecho:

“Pode-se empregar o termo “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísta-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”²¹

¹⁹ CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 12ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2006. P. 108

²⁰ GRAMSCI, 1975 apud BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.p. 40

²¹ GRAMSCI, 1975 apud Bobbio, 1999 , op cit p. 59

O conceito de hegemonia é o mais utilizado pela academia de relações internacionais e por Robert Cox, cujo pensamento será melhor detalhado na próxima seção. Embora Gramsci tenha focado as suas análises no contexto nacional italiano no qual estava inserido, sua preocupação com a mudança das estruturas com o passar do tempo é fundamental para uma interpretação crítica das relações internacionais. Além de reforçar essa dinamicidade, ao ampliar a visão puramente econômica e chamar atenção para o papel das forças sociais, Gramsci entende que para que uma estrutura hegemônica se estabeleça:

“As ideias e as condições materiais andam sempre de mãos dadas, influenciando-se mutuamente, e não podem ser reduzidas umas às outras. As ideias têm de ser compreendidas em relação às circunstâncias materiais, as quais incluem tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção.”²²

Segundo Bobbio²³, o enfoque marxista, ao se voltar para a luta de classes, deixa de lado questões importantes sobre o Estado. Isso porque, o principal objetivo é a tomada e conquista do poder e portanto, este se direcionava em estratégias práticas para que isso ocorresse. Portanto, nem Marx e, por consequência, nem Gramsci consideram a relativa expansão dos direitos dos homens no Estado capitalista democrático. Tais direitos deveriam ser ainda mais amplos no Estado socialista mas a história provou que isso não acontece. O que se percebe é que o marxismo não deixa claro como o partido fundado com a ideologia proletária, após a conquista do poder, pode evitar que a sua liderança se transforme em uma ditadura do proletariado. Além disso, ao analisar o já citado contexto italiano, Gramsci focou, sobretudo nas falhas e, portanto, não via razão para perpetuação de possíveis mecanismos que pudessem ser aproveitados no novo Estado que estava por existir. O papel do Estado no marxismo é transitório e serve como um instrumento de representação dos interesses da classe dominante e que tende a deixar de existir conforme a transformação na sociedade acontece e se estabelece.”²⁴

²²COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007. P. 111

²³BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

²⁴BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. P. 47

Nas relações internacionais, Gramsci não ignora a importância do Estado ao afirmar que ele ainda é o principal ator no sistema internacional e que a mudança da hegemonia mundial acontece primeiramente dentro do plano nacional. Para ele:

“O Estado continua sendo a entidade básica das relações internacionais e o lugar onde os conflitos sociais acontecem – portanto, também é o lugar onde as hegemonias das classes sociais podem ser construídas [...] O surgimento de novos blocos liderados pelos operários no plano nacional precederia, de acordo com essa linha de raciocínio, toda e qualquer reestruturação básica das relações internacionais.”²⁵

Pode-se dizer que as formas de Estados democráticos contemporâneos são resultados de um longo processo dialético em que lutas foram travadas em diversos campos. Nesse sentido, a revolução francesa é um exemplo de uma dessas lutas no campo das liberdades individuais na qual os indivíduos demandavam mudanças em um governo autoritário enraizado em preceitos religiosos. No entanto, essa ampliação de direitos individuais nos Estados contemporâneos pode ser questionada a medida que se revela, cada vez mais, a interferência silenciosa das instituições estatais nas relações pessoais. O objeto de análise desse trabalho, o WikiLeaks, nos permite fazer esse questionamento a medida que revela que o respeito à liberdades individuais, as quais os regimes ditos democráticos constantemente exaltam, revela-se um tanto quanto ilusória, principalmente no que diz respeito à liberdade de expressão e acesso à informação. Nesse sentido, os indivíduos encontram atualmente na internet, um ambiente favorável ao encontro de consciências e utilizam dessa mesma ferramenta para alcançar as suas demandas coletivas em um processo contra-hegemônico à influência do Estado. Tal argumentação será retomada no último capítulo do presente trabalho.

1.2 Robert Cox, a crítica ao realismo e as forças sociais

Sendo o principal expoente da teoria crítica nas relações internacionais, Cox tem grande contribuição para o pensamento teórico do campo. O contexto da ordem global em transição citado na primeira seção deste capítulo contribuiu para que seu pensamento ganhasse espaço. Ao tecer uma contundente crítica à corrente realista, Cox acrescentou importantes temas de análise incorporando em sua análise muitos dos conceitos presentes na obra de Antonio Gramsci e de outros teóricos marxistas como

²⁵ COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007. P 113

um todo. Conforme dito na seção anterior, a principal aplicação de Gramsci às relações internacionais acontece por meio da sua visão sobre os conceitos de hegemonia e da dialética. No entanto, antes de analisar a sua alternativa teórica é importante retomar alguns pontos da crítica que o autor faz ao realismo a fim de perceber os pontos de divergência entre os dois pensamentos.

Cox começa a sua crítica ressaltando a dificuldade que as tradicionais teorias de relações internacionais têm em se adaptar a períodos históricos diferentes e de incluir novos atores e temas que vão além da centralidade no papel do Estado. Novas formas de Estado, agentes não-estatais, novos objetivos, uma maior dinâmica de interação entre as instituições e novas pautas de discussão são também parte da realidade contemporânea. O Estado e a sociedade civil, que sempre foram analisados separadamente, estreitam, cada vez mais, a interação entre si. Segundo ele: “É esperado que o ressurgimento do interesse do Marxismo no Estado possa preencher esse vazio ao ampliar e diversificar a noção de Estado e, em particular ampliando suas dimensões sociais”²⁶. Nesse sentido, ampliar a análise para além da centralidade do Estado, incluindo novos agentes, como o WikiLeaks, é fundamental para compreender o Sistema Internacional contemporâneo. Os agentes sociais desempenham papel central no pensamento Gramsciano, conforme dito anteriormente, e, por consequência, na teoria crítica de Cox.

Seguindo nessa crítica, o autor classifica o realismo no grupo teórico que ele chama de *problem-solving theories*. Tais teorias não buscam levar em consideração que a realidade é dinâmica e que isso tem impacto direto sobre a criação dos conceitos, e vice-versa. Ao trabalharem sob a lógica da inércia da realidade, tais teorias conseguem perceber padrões e criar regras que podem ser interpretadas como universais. Por outro lado, ao analisar a mesma realidade, a teoria crítica busca entendê-la ao questionar a sua origem e suas possíveis transformações. Por propor uma mudança de realidade, a teórica crítica deve se ajustar constantemente e isso pode ocasionar uma falta de precisão em suas análises, o que não acontece nas teorias de solução de problemas. No entanto, a limitação do objeto de estudo nas teorias como o realismo reflete claramente uma posição ideológica²⁷. Segundo Kenneth Waltz, um dos maiores nomes do neorealismo,

²⁶ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press. P.205 (Tradução nossa).

²⁷ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International*

a ausência de análises sobre as mudanças no sistema internacional é justificável porque são muito raras de acontecer²⁸. No entanto, a teoria crítica argumenta que:

“A falta de interesse do realismo por processos de mudança reflete seu conservadorismo e sua preferência por uma ordem mundial dominada por um pequeno número de Estados poderosos. Esse interesse não é evidente porque o realismo apresenta o sistema internacional como sendo, por natureza, governado por uma lógica que privilegia as unidades mais poderosas e limita as possibilidades de mudança em sua estrutura anárquica.”²⁹

Cox destaca quatro implicações do uso do materialismo histórico aplicado às relações internacionais. A primeira é em relação ao conflito. Enquanto o realismo pensa o conflito como inerente à condição humana e inevitável, uma vez que a busca constante pelo poder faz parte da racionalidade humana, o materialismo histórico percebe o conflito como um processo contínuo e dialético de reconstrução das estruturas sociais. A segunda diz respeito à dominação e subordinação entre os Estados na economia política mundial, transformando o eixo de análise Leste-Oeste em Norte-Sul. A terceira é uma valorização do papel das forças sociais em sua relação com o Estado, o que claramente compõe duas esferas distintas nas análises realistas³⁰. E por fim, a importância que o processo produtivo tem na construção do Estado e nas suas relações internacionais (algo que, segundo o autor, é ignorado pelo realismo)³¹. Analisadas por esse prisma, as ações do WikiLeaks podem ser vistas como mais um movimento de mudança estrutural uma vez que desafia o *status quo* através de forças da sociedade civil.

A superação das limitações históricas do realismo quanto o seu caráter estático ocorre por meio da análise das estruturas históricas. Segundo o Cox, essas estruturas são determinadas por três forças em constante interação recíproca: as ideias, as capacidades materiais e as instituições. As capacidades materiais são os recursos naturais acumulados e transformados com o domínio da tecnologia. As ideias se subdividem em

Relations Theory”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.

²⁸ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²⁹ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 141

³⁰ Tal ideia tem ligação forte com o conceito de Estado ampliado de Gramsci, discutido na sessão anterior.

³¹ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.

dois grandes grupos: o primeiro diz respeito àquelas ideias que são criadas com o passar do tempo e legitimadas por uma espécie de senso comum e que passam a determinar padrões de comportamento³²; e o segundo grupo são os da ideologia, no significado estritamente marxista, que legitimam a situação de dominação e que, ao ser conflitada por outras ideologias, levantam questões sobre sua legitimidade e dão espaço para o surgimento de uma nova estrutura. Por fim, as instituições são os mecanismos criados pela ideologia dominante para manter e reforçar o *status quo*. O autor afirma que com o passar do tempo as instituições passam a ser autônomas e passam, elas mesmas a ser palco de conflito de interesses. Há uma aproximação da definição de instituição e de hegemonia de Gramsci uma vez que estas servem como propagadoras do consenso e como mecanismo de universalização de políticas³³.

Cox defende que o seu modelo de interação das estruturas históricas, embora seja útil para analisar uma realidade isolada e não o mundo como um todo, foge da crítica feita às *problem-solving theories* porque leva em consideração a dinamicidade entre as partes em um sistema dialético. Nesse sentido, as ideias influenciam (e são influenciadas) nas formas de organização das capacidades materiais e das instituições, que por suas vezes participam do processo de construção das ideias. Seguindo o mesmo modelo, no plano internacional o método das estruturas históricas:

“São aplicadas em três níveis, ou esferas de atividades: (1) organização da produção, particularmente levando em consideração as *forces sociais* originadas pelo processo de produção; (2) *formas de estado*, como uma derivação do estudo da relação entre Estado/sociedade; (3) *ordem mundial*, ou seja, a configuração única das forças que sucessivamente definem a situação de paz ou guerra entre um grupo de Estados.”³⁴

Assim como no modelo anterior, os elementos do modelo aplicado ao plano internacional estão interligados de modo que as mudanças feitas na organização da produção impactam e transformam as forças sociais que por sua vez proporcionam mudanças na estrutura dos Estados. As mudanças generalizadas de formas de Estados

³² Nas relações internacionais esse conceito se aproxima com o conceito de Regime, conceito este que envolve regras de conduta seguidas pelos Estados a fim de manter certo nível de previsibilidade e em consequência disso, um maior nível de segurança coletiva.

³³ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.

³⁴ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press. P. 202 (Tradução minha).

implicam em uma reorganização da ordem mundial³⁵. Vale ressaltar que o modelo não é linear e, portanto, as mudanças também podem ocorrer seguindo outra ordem.

O resultado de uma interação coerente entre os elementos implica na formação de uma hegemonia e proporciona certa estabilidade ao sistema internacional. Não necessariamente um Estado tido como forte nas suas relações internacionais alcança um nível hegemônico mundial porque, em sua definição, a hegemonia mundial é uma conjunção de “uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas estruturas, tem de ser todas as três ao mesmo tempo”³⁶.

Em um primeiro momento, analisar dois períodos históricos nos quais houve, segundo o autor, uma hegemonia (a *pax britânica* e a *pax americana*³⁷), pode sugerir que o processo de construção de hegemonia é cíclico. Logo, a teoria crítica se propõe a questionar a origem dessa hegemonia e como esta pode ser derrubada. Para isso, Cox, assim como Gramsci, chama atenção para o papel das forças sociais na alteração da constituição do Estado e da ordem mundial e, portanto, na derrubada das estruturas hegemônicas. Segundo ele, as forças sociais não estão restritas ao território do Estado, pelo contrário, elas podem ultrapassar as fronteiras e moldar a configuração do poder dos Estados. A importância atribuída às forças sociais são nitidamente percebidas no seguinte trecho:

“O mundo pode ser representado como um resultado da interação de forças sociais no qual o Estado atua como intermediador autônomo entre a estrutura global de forças sociais e a configuração das forças sociais locais de países [...] assim, o poder emerge do processo social e não é um resultado do acúmulo das capacidades materiais.”³⁸

³⁵ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.

³⁶ COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007. P. 118

³⁷ Segundo Cox, no período que corresponde à *pax britânica*, a Grã Bretanha espalhou os seus ideais pela Europa baseando-se majoritariamente na sua dominação mercantil e seu poder coercitivo. Seu período hegemônico se encerra com o surgimento contra-hegemonias na Europa o que desencadeou na primeira e na segunda guerra mundial. Após esse período, os EUA estabeleceram a *pax americana*, mas agora seus instrumentos de dominação eram muito mais ajustados à complexidade econômica da época. Isso implicou na criação de instituições internacionais mais firmemente estabelecidas. O período da hegemonia americana se encerra no final da década de 60 com o surgimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Tal argumentação pode ser encontrada em: COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

³⁸ COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International*

Os principais mecanismos de defesa da hegemonia são o que o autor chama de “internacionalização do Estado” e a “internacionalização da produção”. O primeiro mecanismo ocorre por meio da criação de instituições internacionais responsáveis por perpetuar os interesses da hegemonia ao criar normas e um aparato fiscalizador capazes de harmonizar as políticas nacionais por meio das pressões internacionais. Elas são, portanto, produtos da ordem mundial hegemônica³⁹. Segundo o autor, ambos os períodos hegemônicos citados anteriormente tiveram princípios semelhantes (maior nível de livre comércio) mas o período da *pax americana* foi muito mais eficiente em elaborar instituições capazes de assegurar esses princípios, o GATT, o FMI e o Banco Mundial são exemplos disso. As pressões internacionais de padronização de políticas nacionais não ocorrem verticalmente, como seria de se supor. Teórica e contemporaneamente, as instituições buscam o consenso ao colocar todos os Estados em um mesmo nível mesmo que na prática isso acabe não acontecendo uma vez que o poder associados aos Estados rapidamente tomam espaço nas rodadas de negociação⁴⁰. Assim, as instituições se tornam capazes de absorver ideias contra hegemônicas ao mesmo tempo em que perpetuam a hegemonia dominante de forma nem sempre perceptível.

Somado ao papel das instituições, a internacionalização da produção implica em uma integração do processo produtivo em escala transnacional. Os detentores do processo produtivo não devem ser necessariamente grandes controladores das forças econômicas, mas sim do conhecimento, da tecnologia. A transposição de parte do sistema produtivo para países periféricos em busca de matéria-prima e/ou mão de obra barata causa uma dependência entre os Estados. Assim, os países centrais, detentores da tecnologia e expertise cruciais para a produção, conseguem multiplicar seus benefícios ao explorarem essa situação de dependência que acaba se tornando necessária para os Estados periféricos já que estes não possuem muitos mecanismos próprios de desenvolvimento⁴¹.

Relations Theory”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press. P. 225 (Tradução minha).

³⁹ COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

⁴⁰ COX, R. W. (1986), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.

⁴¹ COX, R. W. (1986), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International

O processo de estabelecimento e de manutenção da hegemonia mundial pode ser explicado pelo seguinte trecho:

“Uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional tornam-se modelos a serem imitados no exterior [...] a hegemonia mundial se expressa em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais.”⁴²

Do mesmo modo que a hegemonia mundial é construída no plano nacional, as forças sociais são responsáveis por criar, também no plano nacional, mudanças nas relações sociais e nas ordens políticas nacionais. Mais uma vez, o conceito gramsciano de guerra de posição vem à tona uma vez que mudanças alcançadas por meio de guerras de movimentos dificilmente seriam duradouras e se perpetuariam para o plano internacional. São necessárias mudanças estruturais a fim de construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais para que depois possam se difundir para o sistema internacional.⁴³ A transposição de diversos blocos históricos para o plano internacional impõe limites aos aparelhos hegemônicos ao tentarem limitar e controlar mudanças estruturais generalizadas. O WikiLeaks pode ser visto como um mecanismo contra hegemônico na medida em que tenta provocar mudanças na ordem estabelecida. Por sua vez, encontram também desafios, já que dependem da estrutura física de comunicação, a Internet, que é majoritariamente dominada pelos Estados Unidos, conforme será melhor explicado no segundo capítulo.

De uma maneira geral, a teórica crítica nos ajuda a interpretar o objeto desse trabalho ao incluir novos atores no cenário internacional e, além disso, ao atribuir-lhes papel fundamental na construção e modificação do sistema internacional. O conceito das forças sociais de Cox dá forças para transnacionalização dos indivíduos na luta pela construção de uma ordem mundial menos desigual. Baseando nisso, as análises feitas

Relations Theory”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.

⁴² COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007. P. 118 - 119

⁴³ COX, Robert W. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

no último capítulo desse trabalho deverão levar em consideração o papel que o indivíduo exerce sobre o sistema internacional e de que forma as ações do WikiLeaks contribuíram para a unificação de uma contra-hegemonia e de que forma ela pode proporcionar mudanças na ordem mundial.

1.3 A corrente liberal e as novas formas de poder: *soft power*.

Ao se firmar como principal corrente teórica do campo das relações internacionais, o realismo é também criticado pelo liberalismo, assim como por grande parte das outras fontes teóricas. Como foi adiantado na primeira seção desse capítulo, o foco da corrente liberal é o indivíduo e este é o grande ponto de divergência entre o liberalismo e o realismo. Por meio de conceitos como o de interdependência complexa e o de *soft power*, o pensamento de Joseph Nye valoriza a atuação de agentes que não se resumem à figura do Estado e dá importância a outras formas de poder que não a militar.

Segundo Nye, ao focar o papel do Estado e de suas capacidades militares, o realismo deixa de perceber questões fundamentais da política internacional. Em uma de suas principais obras⁴⁴, o autor propõe a inversão dos três principais conceitos do realismo. O primeiro conceito é o já citado foco no papel do Estado o qual é limitado porque exclui a ação de indivíduos que agem transnacionalmente e impactam diretamente nas decisões estatais. O segundo, também já citado, é o uso da força como principal determinante de poder nas relações internacionais. Outras formas de poder como as econômicas e o uso das instituições internacionais também são poderosos instrumentos de poder. E, por fim, a ideia de que a segurança é a meta dominante quando na verdade é a guerra. Tais inversões caracterizam o ambiente de interdependência complexa que, segundo o próprio autor, é um modelo ideal assim como o realismo e, portanto, algumas situações podem ser melhor interpretadas pelo modelo realista, pelo modelo da interdependência complexa ou ainda um meio termo entre as duas posições. O argumento pode ser observado na seguinte citação:

“Cada uma das pressuposições do realismo podem ser desafiadas. Se desafiarmos todas simultaneamente, podemos imaginar um mundo no qual

⁴⁴ NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo, SP: Gente, 2009.

outros atores, além do Estado, participam diretamente na política internacional na qual uma hierarquia de interesses claramente não existe e na qual o uso da força é um instrumento ineficiente de política. Sobre essas condições – que são as características da interdependência complexa – podemos esperar que a política mundial é muito diferente da analisada pelas condições realistas.”⁴⁵

Muitas das mudanças que desafiam o método tradicional de se analisar o sistema internacional acontecem como consequência do fenômeno conhecido como a globalização que por sua vez é impulsionada por um avanço tecnológico alcançado nas últimas décadas. A tecnologia barateia os custos da comunicação em longa distância e aumenta a velocidade de trânsito transnacional o que causam a sensação de diminuição do espaço e do tempo. O conjunto desses fatores favorece a atuação dos indivíduos no plano internacional na medida em que proporciona meios de integração para além das fronteiras nacionais. Apesar da crítica, o Estado ainda deve ser considerado o principal ator das relações internacionais mas, ao mesmo tempo, este se vê desafiado por essa nova realidade de globalização acentuada e de interdependência complexa.

Assim como o Estado, o poder militar também continua sendo fundamental, mas divide a sua importância com outras formas de poder em um ambiente de interdependência complexa. Ao incluir novos atores e expandir a agenda de discussão, temas como meio ambiente, terrorismo, tráfico de drogas e epidemias passam a ser temas globais e demandam ações coletivas dos agentes. Agir individualmente pode não ser suficiente para combater tais problemas fazendo com que os Estados sejam forçados a cooperar entre si a fim de assegurar suas integridades nacionais. O uso do poder militar pode se revelar extremamente custoso e ineficiente em um ambiente de interdependência complexa e globalização. Os instrumentos de poder passam a ser determinados pela capacidade que o agente possui em manusear o ambiente de interdependência complexa⁴⁶. O seu argumento pode ser exemplificado na seguinte citação:

“Tradicionalmente, o grande teste de poder é a força na guerra. Hoje, no entanto, a definição de poder está perdendo a sua ênfase na força militar e na capacidade de conquista que marcou a história. Fatores como a tecnologia,

⁴⁵ NYE, Joseph S. e KEOHANE, Robert O. *Power and Interdependence*. New York: Longman. 3rd.Ed. P. 21. Tradução minha.

⁴⁶ NYE, Joseph S. *Soft Power*. Em: NYE, Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Books, 1990.

educação e crescimento econômico estão se tornando mais significantes como poderes internacionais [...].”⁴⁷

Ainda segundo o autor, “no contexto atual, os atores se perguntam, cada vez mais, poder para quê?”⁴⁸. Na frase, a crítica é feita ao uso do poder militar, o chamado *hard power* (uso da força militar) que, na nova realidade internacional, divide espaço o *soft power*.

Nye explica que o *soft power* de um país possui três fontes: sua cultura (que deve ser direcionada para atrair outros países), seus valores políticos (tanto internos quanto externos) e sua política internacional (buscando se legitimar como autoridade moral)⁴⁹. Quando um Estado consegue difundir seus mecanismos de *soft power*, passa a fazer com que outros Estados o legitimem na busca de seus interesses na política mundial e oferecendo menor resistência⁵⁰.

Nesse sentido, as instituições também desempenham papel fundamental na perpetuação dos mecanismos de *soft power* de um Estado. Os Estados Unidos, como potência unilateral, possuem aparelhos de *soft power* mais sofisticado porque conseguiram criar as instituições necessárias para fortalecer a sua ideologia de sistema internacional ideal, como pode ser identificado no seguinte trecho:

“As instituições que governam a economia internacional, como o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, tendem a incorporar princípios liberais de livre comércio que estão de acordo com os princípios ideológicos da sociedade americana.”⁵¹

Embora o uso do *soft power* tenha, cada vez mais, uma importância para a afirmação dos Estados Unidos como potência mundial, ele não pode substituir os mecanismos de *hard power*. Segundo o autor, existem situações em que somente o *hard power* pode ser eficaz mas, na maioria das vezes, a convergência entre ambos é muito mais eficaz. A fusão entre as duas formas de poder é o que o autor chama de *smart*

⁴⁷ NYE, Joseph S. *Soft Power*. Em: NYE, Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Books, 1990. P. 154. Tradução minha.

⁴⁸ NYE, Joseph S. *Soft Power*. Em: NYE, Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Books, 1990. P. 160. Tradução minha.

⁴⁹ NYE, Joseph S. *Think again: soft power*. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3393&print=1 . <Acesso em: 10/09/2013>.

⁵⁰ NYE, Joseph S. *Soft Power*. Em: NYE, Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Books, 1990.

⁵¹ NYE, Joseph S. *Soft Power*. Em: NYE, Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Books, 1990. P. 168. Tradução nossa.

power. Somente por meio desse último é que se pode criar uma política internacional bem sucedida. No entanto, a linha que separa o momento em que o *soft power* deixa de ser eficaz tendo de dar lugar ao uso de formas mais coercitivas é tênue. Esse limite deve ser o ponto o *hard power* não prejudique as estruturas que o *soft power* construiu ao longo do tempo⁵².

Embora a supremacia militar norte-americana seja evidente em comparação com qualquer outro país do mundo, o país enfrenta grandes desafios para sustentar também a sua posição como potência provedora dos chamados “bens públicos mundiais”. Ao promover esses bens, os Estados Unidos podem se beneficiar enormemente, ao mesmo tempo em que podem também ajudar outros países. A capacidade de gerar esses bens está diretamente associada à qualidade do *soft power* do Estado norte-americano. Os principais desafios enfrentados pelos EUA são: a) a manutenção da balança de poder em regiões importantes ou estratégicas; b) a promoção de uma economia internacional aberta; c) a preservação da coesão internacional; d) a manutenção de regras e instituições; e) a assistência econômica para o desenvolvimento, e; f) agir como provedor de coalizões e mediador de disputas.⁵³

Embora o *soft power* seja difícil de ser mensurado, fazê-lo não é impossível. Pode-se medi-lo, por exemplo, por meio de comparações culturais, comunicações e recursos diplomáticos que agem na promoção desse tipo de poder pelo país. No entanto, as chances de sucesso ou fracasso dependem diretamente do contexto em que são aplicados e da qualidade em que esse ele é exercido⁵⁴. Mesmo assim, investir nesses mecanismos, conforme as justificativas dadas ao longo dessa seção, é fundamental nos dias atuais.

Embora a inserção de novos atores no sistema internacional seja um ponto em comum entre a teoria crítica e a liberal, elas se divergem na medida em que esta última busca aumentar o consenso nas relações entre os Estados. A teoria crítica busca por sua vez uma alteração completa da ordem ao propor um plano de ação. Ao mesmo tempo, o empoderamento do indivíduo nas correntes liberais serve para explicar porque ações de

⁵² NYE, Joseph S. *The American national interest and global public goods*. Em: NYE, Joseph S. *The paradox of American power*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

⁵³ NYE, Joseph S. *The American national interest and global public goods*. Em: NYE, Joseph S. *The paradox of American power*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

⁵⁴ NYE, Joseph S. *Think again: soft power*. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3393&print=1 . <Acesso em: 10/09/2013>.

organizações como o WikiLeaks conseguem desestabilizar a ordem mundial mesmo que superficialmente.

Isso acontece porque, na era da globalização, a informação representa outra importante esfera importante do *soft power*. Atualmente, obter, deter, proteger e controlar a informação proporciona vantagens nas relações entre os Estados. Embora isso não seja um argumento novo, conforme o capítulo 2 desse trabalho tentará demonstrar, atualmente o volume, a capacidade de armazenamento e de processamento das informações são extremamente elevados. O domínio da informação proporciona um nível mais elevado de *soft power*. As atuações do WikiLeaks simbolizam esse argumento, uma vez que revelam um enorme interesse dos Estados Unidos em ocultar informações que podem comprometer sua capacidade de se legitimar no sistema internacional.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

O presente capítulo tem por objetivo expor, de forma sucinta, o caminho histórico percorrido pela mídia até tomar a forma que hoje é conhecida, de maneira a que a manifestação de mídia focal deste trabalho, a internet, não seja compreendida de maneira temporalmente isolada. Dessa forma, poderemos observar e contextualizar os objetivos, consequências e problemas da comunicação feita por meio da internet e verificar em que medida tais tópicos se assemelham ou inovam quando comparados às outras formas de comunicação.

2.1 Conceitos fundamentais

O senso comum nos leva a pensar a mídia apenas a partir do surgimento do rádio ou, no máximo, da propaganda, a chamada “comunicação de massa”. No entanto, os primeiros registros históricos datam de muito antes do surgimento dessas funcionalidades. Um longo percurso de mutações, associado ao avanço tecnológico, marca a história midiática até os dias atuais, quando os grandiosos avanços no setor de comunicações proporcionam uma velocidade de troca de informações, através da internet, nunca antes visto. Apesar desse caminho cheio de transformações, ao longo deste trabalho poderemos perceber que, em diversos momentos, a mídia foi utilizada pela sociedade como uma ferramenta para impulsionar transformações em diversas esferas o que será o principal tema deste trabalho.

O termo “comunicação de massa” é associado aos conjuntos de instituições e produtos como: livros, jornais, programas de rádio e de televisão, discos, filmes e assim por diante. No entanto, alguns autores, como John B. Thompson⁵⁵, acham relevante desmistificar alguns estigmas que cercam o termo. Um primeiro esclarecimento diz respeito à questão do volume de pessoas que o termo engloba que, à primeira vista, pode ser percebido exclusivamente como aqueles veículos que propagam a informação para milhares ou milhões de indivíduos quando, na verdade, apenas as formas de mídias mais modernas se comportam dessa maneira. Um segundo esclarecimento deve ser feito no que diz respeito à ideia que comumente é difundida sobre a passividade e indiferença dos indivíduos receptores. Segundo o autor, a suposição de que o processo de comunicação de massa não é passível de gerar problemáticas e pensamentos críticos o

⁵⁵ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Bradão. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

que confere aos indivíduos uma característica de receptores estáticos deve ser problematizada. Por fim, é importante esclarecer o significado do termo “comunicação” que, tradicionalmente, implica em uma troca de informação recíproca entre dois agentes. O que se verifica, no entanto, nas comunicações de massa é uma assimetria discrepante nessa troca de informações, onde, durante o intercâmbio comunicativo, a esmagadora maioria das informações são “produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção” embora existam, em volume quase inexpressivo, réplicas no outro sentido (através de cartas e telefonemas aos produtores ou mesmo a recusa de recepção de certos produtos)⁵⁶. Tendo sido publicado em 1998, o livro de Thompson não chega a registrar as mudanças nas comunicações em decorrência da popularização da internet. Atualmente, o crescimento no volume de troca de informações entre os produtores e receptores é notavelmente maior. Isso porque, cada vez mais, promovem-se canais de comunicação direta, cujas respostas são fornecidas mais rapidamente, através dos quais também se criam ambientes de debates públicos. Se por um lado esses novos canais são, para os produtores de informações, uma maneira de obter respaldo da reação dos receptores a certos assuntos, por outro pode-se tornar uma perigosa ferramenta de protesto em caso de aversão à algum conteúdo publicado. A utilização da internet como mecanismo de resposta a certos conteúdos ganha uma força de protesto ainda maior com a democratização do acesso à internet e às chamadas redes sociais.

Ainda segundo Thompson, o Estado, ao se estabelecer, se mune de algumas formas de poder que são: a) Econômico: se concretiza a partir do uso de materiais e recursos financeiros através de instituições econômicas (como empresas comerciais); b) Político: manifestado através da autoridade que emana das instituições políticas; c) Coercitivo: que se caracteriza, especialmente, pelo poder militar e a utilização da força física armada, e por fim; d) Simbólico: que é estruturado através dos meios de informação e comunicação e faz uso de instituições importantes como a Igreja, a escola e as universidades. O autor ressalta a importância desses dois últimos, baseando-se em um argumento muito utilizado por Max Weber em que ele afirma que “a capacidade do Estado de exercer a autoridade geralmente depende de sua capacidade de exercer duas

⁵⁶ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Bradão. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

formas relacionadas mas distintas de poder: coercitivo e simbólico”⁵⁷. Dando maior destaque ao poder simbólico ou cultural, é importante lembrar que ele se manifesta a todo o momento na vida em sociedade durante a troca de informação e também através da utilização de meios de informação e comunicação, que serão melhor explorados posteriormente. Além disso, essas trocas de informações “podem provocar reações, liderar respostas, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e descrer, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva”⁵⁸.

Como foi dito anteriormente, a internet tem servido à sociedade civil como forma de resposta direta às informações publicadas. Da mesma forma, nota-se uma maior preocupação do Estado em monitorar o conteúdo de determinadas publicações e, ao mesmo tempo, acompanhar essas respostas que podem se manifestam em forma de protestos. Além disso, o Estado tende, cada vez mais, se inserir nesse ramo da comunicação também como uma maneira de se reafirmar positivamente. Essa relação entre Estado e Sociedade Civil ainda impõe muitos questionamentos e desafios, alguns deles ainda serão tratados neste trabalho.

2.2 Desdobramentos históricos da mídia

Em livro publicado em 2002, Asa Briggs e Peter Burke⁵⁹ fazem um valioso relato histórico de como a mídia se manifestou, ou foi utilizada, em diferentes momentos históricos e qual foi o seu papel em cada um deles. Um dos principais argumentos dos autores é que a evolução histórica da mídia não foi um processo linear ou crescente tendo, portanto, em alguns períodos, uma maior importância e influência e em outros, uma atuação mais restrita. Igualmente importante é o argumento de que, desde o seu surgimento, a mídia tem dividido opiniões em um sentido maniqueísta da sua utilidade.

Os autores destacam a reforma protestante como um dos primeiros momentos de grande importância para a história da mídia quando a difusão das ideias luteranas foi feita, em parte, com auxílio da indústria gráfica que se expandia cada vez mais. A produção em massa de bíblias e panfletos não só tinham um alcance maior de público

⁵⁷ Weber, 1985 apud Thompson, 1998, p. 23

⁵⁸ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Bradão. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.24.

⁵⁹ BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002

como também registravam as informações, originais e completas, por muito mais tempo que a comunicação oral o que assegurou a sobrevivência da reforma. É importante destacar que, apesar dessas nítidas vantagens, a comunicação oral não deixou de ser fundamental nesse período uma vez que apenas uma pequena parcela da população sabia ler. O que se percebe no período da reforma protestante é a utilização do que Thompson classifica como meios “técnicos da comunicação” que se caracterizam, basicamente, pelos elementos materiais através dos quais a comunicação é transmitida e que só são possíveis graças aos avanços tecnológicos capazes de fixar e reproduzir a informação⁶⁰. Esse talvez tenha sido o grande diferencial da reforma e que se mostra primordial nas formas de comunicação atuais: a capacidade de reprodução e principalmente armazenamento de informações. Em outras palavras, durante as primeiras formas de comunicação, a fixação de informações estava diretamente ligada à capacidade da memória em reter informação e a capacidade em reproduzir em escalas tal informação, portanto, a fixação e reprodução da informação estão intrinsecamente ligadas à qualidade dos meios técnicos. Por conta dessas características “os meios técnicos, e as informações ou conteúdo simbólico neles armazenados, podem servir assim de fonte para o exercício de diferentes formas de poder”⁶¹. Não é por acaso que são relatados investimentos, cada vez maiores, por parte dos Estados para monitoramento, tratamento e armazenamento dessas informações como medida preventiva.

Ainda de acordo com Briggs e Burke, nos períodos seguintes à reforma, a imprensa passou a ser percebida, principalmente pelas classes dominantes, como importante ferramenta de influência sobre a esfera pública e assim, as monarquias passaram a criar e difundir formas de comunicação que engrandeciam a figura monárquica tanto para o plano externo quanto para o interno. Nesse sentido, a revolução gloriosa levanta um importante debate que perduraria até os tempos atuais: a liberdade de imprensa.

Mais tarde, a revolução francesa se mostrou extremamente importante para o desenvolvimento de outra faceta da mídia: a propaganda. Nesse período, o termo ganha caráter mais político uma vez que se alia ao termo *opinion publique*. Ainda segundo

⁶⁰ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Bradão. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

⁶¹ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Bradão. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.26.

Briggs e Burke, o termo se conceitua como “a mobilização consciente da mídia com o objetivo de mudar atitudes”. Ao ser percebida como alteradora de mentalidades a propaganda se tornou essencial para o sucesso da revolução “tanto na destruição de tradições antigas quanto na invenção de novas, ao tentar criar uma nova cultura política sem igreja ou rei”⁶².

O desenvolvimento tecnológico, principalmente no campo das comunicações, vivenciado nos períodos históricos seguintes, também contribuiu para o avanço da mídia e de seu papel na esfera pública. Nota-se uma grande convergência entre as novas tecnologias (como por exemplo: o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet) e a informação. Os autores afirmam que um dos primeiros frutos desse avanço tecnológico na área de comunicação para a mídia foi a transmissão de sinais e impulsos elétricos que posteriormente dariam origem ao rádio. Tendo sido criado para facilitar a comunicação entre grandes distâncias sem utilizar qualquer tipo de fios para isso, na tentativa de substituir a telegrafia, o rádio foi ganhando novas utilidades com o passar dos tempos. Quando a sua utilização passou a ser civil e não apenas científica, o rádio foi usado para transmitir notícias, informações, elementos culturais, estratégias militares (durante a primeira guerra mundial) e por fim, como instrumento econômico através da propaganda.

Os autores apontam também que o cinema e a televisão se surgiram do desenvolvimento de técnicas originalmente da fotografia e que, assim como o rádio, foram pensadas para que o grande público tivesse acesso. A transmissão de imagens em movimento é considerada uma das maiores inovações tecnológicas da época o que permitia recriar realidades em telas algo que atraía massivamente a atenção da sociedade. Embora tal inovação tenha sido o resultado de várias invenções individuais, a produção de tal tecnologia logo passou a ser monopolizado pelas grandes corporações o que colaborou para a mercantilização do espaço que, desde muito cedo, utilizou a propaganda e esses novos veículos de comunicação como ferramenta para lançar produtos e multiplicar suas vendas. Com o fim do cinema mudo e a capacidade de convergir som e imagem, o cinema passou a ser visto como uma oportunidade para que culturas nacionais fossem transmitidas para o público. É importante destacar também a alta capacidade que o cinema e a televisão têm de se moldarem às realidades de modo a

⁶² BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, p.106.

transmitir, de certa forma, aquilo que as pessoas querem ou têm que ver e ouvir, os autores citam, por exemplo, a crise de 1929 que estimulou a produção de filmes que expressassem a consciência social de seus diretores.

Briggs e Burke afirmam que uma das primeiras atitudes protecionistas em relação ao cinema, ficou evidente na Grã-Bretanha a partir de 1927 quando o governo admitiu que:

“Embora [o governo] não visse razão para oferecer assistência financeira à indústria britânica de filmes, havia aspectos que mereciam intervenção, pela magnitude daquilo que o Parlamento via como “interesses industriais, comerciais, educacionais e imperiais envolvidos.”⁶³

A fim de melhor explicar a influência que a mídia pode exercer em um determinado contexto social, podemos analisar como ela foi utilizada durante períodos de conflitos nos quais desempenhou papel fundamental. Tal observação é trabalhada por no livro de Armand Mattelart⁶⁴ que tem como argumento central a ideia de que “a comunicação serve, antes de tudo, para fazer a guerra”. O autor destaca que, tendo sido um conflito “total” que afetou uma grande quantidade de pessoas, a primeira guerra mundial foi a primeira experiência de utilização da comunicação de massa em conflitos o que deu origem às primeiras análises sobre o tema, desenvolvendo-se conceitualmente de modo que, na segunda guerra mundial, se torna um dos principais âmbitos de disputa, a chamada “guerra psicológica”. Dessa forma, deve ser prioridade que, durante o período de guerra, os cidadãos incorporem à causa nacional sendo tal objetivo tão fundamental quanto as operações no terreno das armas. Sob esse contexto, o autor afirma que a propaganda consegue se destacar como “técnica de gestão da opinião de massa”. A importância da guerra no campo das ideias pode ser claramente observada em um dos últimos boletins do 18º batalhão da Alemanha do Kaiser, em que Mattelart destaca:

“O inimigo derrotou-nos no front da propaganda dos panfletos. Tomamos consciência que, nesta luta de vida ou morte, era necessário utilizar os mesmo métodos de nosso inimigo. Mas não fomos capazes... o inimigo venceu-nos não em uma luta de corpo a corpo no

⁶³ BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, p.175.

⁶⁴ MATTELART, Armand. *Comunicação Mundo: Uma história das ideias e das estratégias*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

campo de batalha [...] Textos ruins impressos precariamente em papel de má qualidade fizeram claudicar nossos braços.”⁶⁵

A derrota no “front da propaganda dos panfletos” ocorre, ainda segundo Mattelart, por dois motivos principais. O primeiro é a diferença no conteúdo das propagandas em circulação, enquanto as alemãs eram focadas fundamentalmente na razão como maneira de justificar o conflito, as britânicas procuravam causar indignação e revolta. E a segunda se manifesta no caráter persuasivo da propaganda britânica que tinha por objetivo provocar deserções nas fileiras inimigas repetindo que aquela não era uma guerra dos soldados. Tais erros não seriam novamente cometidos pela Alemanha hitleriana que soube transformar essa experiência negativa em um enorme e bem sucedido dispositivo de propaganda⁶⁶, que alimentava o sentimento nacionalista e alienava cada vez mais as ideias da população às do Estado.

Mesmo que, em diversas ocasiões, tenha sido utilizada para servir aos interesses do Estado, a própria mídia se caracterizava, e ainda o faz, como o “4º poder”. Deveria ser assim denominada por manter-se afastada das influências dos outros três poderes tradicionais (o executivo, o legislativo e o judiciário) e serviria apenas aos interesses da sociedade civil⁶⁷ na tentativa de regular os mesmos. No entanto, o grande poder intrínseco à comunicação fez com que ela perdesse parte do seu caráter livre e autônomo de diferentes zonas de influências.

Nesse sentido, ganha lugar o grande debate em torno da informação que é a censura. Conforme pudemos demonstrar, o Estado se utiliza, em determinados momentos, a mídia ao seu serviço mas, com a mercantilização da informação, o mercado passa também a se movimentar para que certos limites sejam impostos. A lucratividade da informação faz com que ela perca a independência a medida que somente aquilo que tem rentabilidade é publicado. A informação passa, portanto, a ser vendida primeiramente às agências de publicidade e depois para o leitor. Assim, não só o Estado passa se movimentar para controlar a informação como também a elite que,

⁶⁵ MATTELART, Armand. *Comunicação Mundo: Uma história das ideias e das estratégias*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 59.

⁶⁶ MATTELART, Armand. *Comunicação Mundo: Uma história das ideias e das estratégias*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁶⁷ HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira; Petrópolis: Vozes, 1998.

sendo detentora dos grandes veículos de comunicação, tem grande facilidade em controlar a narrativa⁶⁸.

Os exemplos das formas de mídia citados no decorrer dessa sessão, nos permitem perceber, claramente, o processo de politização associadas a elas. Tendo, grande parte delas, surgido com objetivos baseados em princípios democráticos, esses instrumentos sofrem alterações na sua forma de uso, uma consequência das proporções que atingiram. As preocupações, atualmente, vão além da definição da tênue linha entre censura e liberdade de expressão (relação na qual o Estado desempenha papel fundamental) envolvendo também o mercado. O que se nota é a formação de grandes grupos que dominam vários segmentos da comunicação além do rádio, detendo, portanto, o monopólio da informação. Essa concentração da informação se revela extremamente prejudicial à qualidade da informação ao torná-la vulnerável às influências e interesses externos.

2.3 Processo histórico da internet

Não se pode considerar os avanços da internet sem lembrar o papel essencial que o surgimento do computador proporcionou a partir do momento em que deixaram de ser gigantes máquinas de calcular ou acessórios de escritório e se tornaram menores e mais baratos, passando a fazer com que “todos os tipos de serviços, e não somente os de comunicações, tomassem formas”⁶⁹. Dentro do contexto de corrida tecnológica da Guerra Fria, os Estados Unidos foram os pioneiros no desenvolvimento dessa nova tecnologia acompanhados pela Grã-Bretanha. No entanto, o projeto do computador não foi desenvolvido de maneira unitária, o resultado final é, na verdade, a junção de vários inventos vindos de diferentes lugares e em tempos distintos entre si em um processo que dependeu muito do impulso empresarial. Pode-se ter uma ideia da importância que o computador representa na seguinte citação:

“Mesmo antes dos grandes aumentos de venda, já se começava a reconhecer, no fim da década de 1970, que estava começando uma idade nova na história das comunicações [...] Os computadores

⁶⁸ HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira; Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶⁹ BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, p. 273.

serviam agora não somente como instrumentos de negócios, mas como “mola principal de toda uma gama de atividades de mídia”⁷⁰.

A internet por sua vez, tem seu primeiro registro histórico, segundo alguns autores, em 1858, com o lançamento de um cabo submarino de comunicação entre os Estados Unidos e a Europa o que possibilitou, pela primeira vez, uma conexão instantânea através do oceano⁷¹. No entanto, seria ainda necessário um grande avanço para que a internet, como é conhecida hoje, surgisse. Os estudiosos desse processo relatam o alto investimento para o impulso tecnológico dado pelo governo norte-americano nos anos 1960, durante a corrida espacial iniciada pelo lançamento do satélite russo Sputnik, como fator fundamental para o surgimento da Internet. Os investimentos do governo de Eisenhower para a criação de uma Agência de Projetos Avançados de Pesquisa (ARPA) tinham por objetivo apoiar a pesquisa e desenvolver tecnologias de alto risco no intuito de obter saltos tecnológicos que pudessem ser associados às aplicações militares⁷².

Para isso, era essencial que as redes a serem construídas diferissem da infra-estrutura utilizada pelas linhas telefônicas. Dessa forma, em detrimento ao tipo de informação que estava sendo compartilhada, era necessário que as redes sobrevivessem à destruição física de parte da estrutura mesmo que fossem alvo de bombas com capacidade nucleares⁷³.

Desde o início, o diretor de pesquisas à frente da ARPA, Joseph Licklider, tinha a preocupação com a possibilidade de os diferentes projetos, criados em diversas localidades do território americano, fossem incompatíveis uns com os outros e por isso percebia a essencialidade da comunicação entre os diferentes pólos de pesquisa. O seu ideal de criação de um mecanismo de comunicação em rede foi registrado em um memorando de 1963⁷⁴. Tendo surgido em ambiente acadêmico, a Internet foi incentivada principalmente por cientistas da computação uma vez que prevalecia um certo ceticismo por parte dos engenheiros e empresários quanto ao modelo distribuído

⁷⁰ BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, p. 279.

⁷¹ GROMOV, Greory R., 2009 *apud* LUCERO, op.cit.

⁷² LUCERO, Everton. **Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁷³ BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002

⁷⁴ LUCERO, Everton. **Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

de redes que se somava à interesses comerciais em grandes empresas de telefonia, enquanto os cientistas “dispunham de maior autonomia para propor soluções tecnológicas em ambiente colaborativo, informal e sem limites”⁷⁵.

Em livro publicado em 2011 ⁷⁶, Everton Lucero explica que, tendo por base os estudos de Leonard Kleinrock, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Paul Bran desenvolveu a lógica de dados em rede por meio da troca de mensagens que eram divididas em pequenos blocos e enviadas separadamente e que se uniam novamente no destino final. Esse projeto era “muito atraente para a área de defesa, uma vez que a vulnerabilidade de comunicações seria reduzida, graças ao aumento nas opções de rota das mensagens”. Esse método, chamado de “comutação de pacotes”, é utilizado até hoje na base de funcionamento da Internet. O autor conta ainda que o interesse por esse tipo de comunicação só aumentaria com a difusão de tecnologias para a utilização de conteúdos em formato digital e, portanto, o desenvolvimento do microprocessador em 1970 e redução de preços de máquinas de processamento de dados foram fatores essenciais para a difusão em escala global ao longo das décadas seguintes.

O crescimento da demanda pelos serviços relatados acima, deram início a uma corrida empresarial desordenada para a exploração do mercado crescente o que não favorecia a unificação e a compatibilidade entre os projetos. Segundo Lucero, esse problema somente foi resolvido com a superação e afirmação do modelo de protocolos TCP/IP desenvolvido nas universidades e que garantiam acesso livre e gratuito às redes. Embora esse modelo tecnológico tenha prevalecido e facilitasse a comunicação entre uma variedade de redes, “o acesso e a recuperação de informações dependiam de conhecimento técnico uma vez que não havia aplicações que fizessem a interação com o usuário não instruído na matéria” ⁷⁷. Ainda segundo o autor, essa lacuna foi preenchida pelo advento da World Wide Web (WWW) em 1990 que organizava e publicava informações na internet através de sistemas de armazenamento de informações. Segundo Demi Getschko, a WWW abria a possibilidade de:

“Estender a todos à expressão de ideias e conteúdos [...] O internauta deixava de ser um técnico especializado em computação e passava a ser todo e

⁷⁵ ARATA JR, 2006 *apud* LUCERO, Everton, *op.cit*, p. 51.

⁷⁶ LUCERO, Everton. ***Governança da Internet***: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁷⁷ LUCERO, Everton. ***Governança da Internet***: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.59.

qualquer cidadão interessado em informa-se, vasculhar a rede, ou trazer conteúdo próprio, contribuindo para a sua expansão.”⁷⁸

Novamente segundo Lucero, no começo, as proporções que a Internet tomou, dividiu os interesses na tecnologia. De um lado, aqueles que achavam que a rede deveria ser um espaço democrático através de “soluções tecnológicas que pudessem ser amplamente difundidas e progressivamente aperfeiçoadas” (acadêmicos, técnicos, cientistas e programadores computacionais, entre outros). Por outro, e aqueles que identificavam uma nova forma de ampliação de mercados (grupo formado principalmente por empresas desenvolvedoras de softwares)⁷⁹. Esse debate é importante para que se perceba o crescimento de interesses de grupos com diferentes objetivos na utilização da rede recém criada. De acordo com o autor, Cresceram os interesses de grupos empresariais e, mais tarde, de órgãos públicos que eram atraídos pela necessidade de regulação das normas de comércio no setor, assim, aos poucos:

“a Internet deixava de ser o ambiente livre e aberto preconizado pela comunidade acadêmica que participou de sua criação, para incorporar as contradições inerentes ao modo capitalista de produção e consumo.”⁸⁰

2.4 Funcionamento e impacto da Internet

Nesta sessão, será explorado um pouco do funcionamento estrutural da internet enfatizando a esfera pela qual a sociedade civil atua. É preciso esclarecer que não se tem por objetivo fazer um estudo técnico aprofundado em razão da complexidade do tema e por fugir da essencialidade do objeto de estudos do trabalho. No entanto, como será demonstrado, algum conhecimento sobre essa estrutura se faz necessário para melhor explicar as maneiras de atuação da sociedade civil na Internet. Para isso, será utilizado como referência o já citado livro do diplomata brasileiro Everton Lucero⁸¹, que trabalha o tema de Governança da Internet e que, portanto, servirá como uma fonte menos técnica e mais relacionada com tema.

⁷⁸ GETSCHKO, 2009 *apud* LUCERO, Everton, op.cit. p. 60.

⁷⁹ LUCERO, Everton. ***Governança da Internet***: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁸⁰ LUCERO, Everton. ***Governança da Internet***: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 63.

⁸¹ LUCERO, Everton. ***Governança da Internet***: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Segundo o autor, faz sentido estudar a internet nas Relações Internacionais à medida que ela serve como meio de “interação e comunicação social” sendo “um fenômeno que visa conectar pessoas e não apenas máquinas”. Não cabe, portanto, analisar a internet apenas do ponto de vista tecnológico. A necessidade de ampliação dos rumos da Internet é entendida por Andrew Chadwick⁸² que a conceitua da seguinte forma:

“A internet é uma rede de redes de tecnologias de informação e comunicação nos níveis global, nacional, local, um-a-um, um-a-muitos, muitos-a-muitos, com padrões e protocolos relativamente abertos e barreiras de entrada comparativamente baixas.”

A definição de Chadwick nos permite compreender e expandir os alcances da Internet transcendendo o nível local e o nacional para uma esfera global. O autor incorpora as diferentes formas de interação proporcionadas pela internet. Na relação “um-a-um”, faz referência aos meios de comunicações anteriores à internet como o correio e o telefone que funcionam de maneira semelhante na internet (através de correio eletrônico e serviços de trocas de informações instantâneas). Na relação um-a-muitos, a alusão feita é com aos meios tradicionais da mídia como o rádio, a televisão e o jornal e que ocorre na internet por meio de sites de notícias ou até mesmo meios de caráter pessoais como os blogs. Por fim, na relação muitos-a-muitos, e talvez esse seja um grande diferencial da internet para os outros meios de comunicação, implica na criação de fóruns de debates e de sistemas para compartilhamento de arquivos e informações⁸³.

Para que essas interações aconteçam são necessárias algumas estruturas que Yochai Benkler⁸⁴ separa em três camadas: a física, a lógica e a de conteúdos. A primeira diz respeito a todas as coisas materiais necessárias para que as formas de interações aconteçam (inclui computadores, fios, telefones, etc). A camada lógica representa “padrões e programas que traduzem informações com significado para as pessoas em algo que as máquinas possam processar” (inclui basicamente os softwares construídos para o processamento de dados e o compartilhamento dos mesmos). E por fim a camada de conteúdos é aquela que é transmitida e que tem significado para pessoas que fazem uso da internet. Segundo Lucero, é na camada física que ocorrem as decisões

⁸² CHADWICK, 2006 *apud* LUCERO, Everton, op.cit. p. 36.

⁸³ LUCERO, Everton. *Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁸⁴ BENKLER, 2006 *apud* LUCERO, Everton, op.cit.

regulatórias tanto nos níveis nacionais quanto nos internacionais porque as mudanças nessa camada afetam diretamente o funcionamento de toda a estrutura⁸⁵. Além disso, a capacidade de armazenamento de informações depende diretamente da qualidade da estrutura física o que requer grandes investimentos. Já a camada lógica é a que impõe grandes desafios quanto à defesa de propriedade intelectual. E, por fim, a camada de conteúdos levanta questionamento no que diz respeito à retenção de conteúdos sejam eles ilegais ou não.

Além de interpretar as três camadas definidas por Benkler, Lucero acrescenta uma quarta camada que é composta pelas modificações nas interações sociais causadas pelo uso da Internet. Essas interações têm, cada vez mais, feito parte da agenda de discussão de diversos setores como legisladores, juristas e formuladores de políticas públicas não só no âmbito nacional como também no internacional. A capacidade expansionista e, ao mesmo tempo, integracionista da Internet afeta diversos setores da vida em sociedade e isso tem provocado discussões sobre o seu funcionamento. O autor destaca que “o conteúdo circulado na rede levantará preocupações de governos e organizações internacionais quando à aplicação de leis e tratados” e acrescenta outros impactos inerentes à utilização da internet:

“Entidades de defesa de direitos civis atentarão para ameaças à privacidade e à liberdade de expressão [...] Entidades culturais e educacionais terão atenção às necessidades de formação e capacitação, à promoção de conteúdos locais, ao acesso à informação e à diversidade cultural e lingüística [...] Empresas e consumidores buscarão modos de resolver eventuais conflitos oriundos de relações comerciais estabelecidas em rede ou regras para publicidade e divulgação. Parlamentos e tribunais sofrerão com a dificuldade de, respectivamente, legislar e fazer cumprir determinações legais no ciberespaço. Países em desenvolvimento buscarão promover políticas de inclusão digital”⁸⁶

O acelerado crescimento da Internet tem proporcionado mudanças e imposto desafios à diversos setores da estrutura social. Para se ter 41^{da} desse crescimento, Lucero traz em seu livro um dado de 2009 onde o número de pessoas acessando a internet era de 1,6 bilhões, em 2012 o mesmo site informa que esse número é de 2,4

⁸⁵ LUCERO, Everton. *Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁸⁶ LUCERO, Everton. *Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.47.

bilhões⁸⁷. Ainda há muito espaço para expansão uma vez que o mesmo site informa que 44.8% dos usuários estão no continente Asiático. Isso prova o argumento de Lucero quando afirma que “a Internet segue sendo palco de criação e inovação que só encontra limites na criatividade dos usuários e desenvolvedores de softwares e na capacidade física de transmissão e processamento de dados”⁸⁸.

A rápida expansão da internet proporciona uma quantidade de troca de informações nunca antes vista. Globalmente, a internet tem se difundido como um ambiente democrático, onde os indivíduos, de certa forma, podem se expressar e se manifestar de uma maneira mais rápida. O acesso a essa tecnologia também está cada vez mais democrático o que, recentemente, tem contribuído para a organização da sociedade civil na tentativa de alcançar suas demandas. Essa nova ferramenta, quando utilizada pela sociedade civil de maneira objetiva, pode produzir resultados impactantes como é o caso do WikiLeaks, exemplo que compõe o tema central deste trabalho. Tal organização será melhor analisada na sessão seguinte.

2.5 O WikiLeaks

Esta sessão será dedicada a explorar a trajetória do WikiLeaks do seu surgimento até as mais recentes atualizações, passando pelos principais fatos e consequências de suas ações⁸⁹. Embora seja um caso recente, que ainda levanta dúvidas e, ao mesmo tempo, divide opiniões, o WikiLeaks servirá como objeto de análise da relação entre utilização das novas formas de mídia e a sociedade civil. Entre outras fontes, esta sessão será complementada com informações do livro de Julian Assange de 2013⁹⁰, um material que ainda foi pouco explorado em virtude da sua recém-publicação.

O WikiLeaks foi fundado em 2006, com o objetivo de “levar notícias e informações importantes que devem ser conhecimento público”⁹¹, incluindo

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>> Acesso em 20/04/2013

⁸⁸ LUCERO, Everton. *Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.36.

⁸⁹ Parte dos argumentos que utilizados nessa sessão foram produzidos em trabalho de iniciação científica no Centro Universitário de Brasília – UNICEUB – por meio do programa “Novos Saberes” cujo resultado final, concluído em 2012, ainda não foi publicado

⁹⁰ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁹¹ Disponível em: <<http://WikiLeaks.org/About.html>> Acesso em: 21/04/2013.

“documentos secretos revelando a má conduta de governos, empresas e instituições”⁹². Ficou amplamente conhecido ao divulgar, em Abril de 2010, um vídeo de conteúdo polêmico onde soldados norte-americanos atacavam, de um helicóptero, civis desarmados no Iraque. Segundo o site da organização, os princípios que inspiram as suas atividades são a liberdade de expressão e de imprensa que são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹³.

A ideia inicial do site era de que qualquer pessoa, de maneira anônima, que flagrasse e obtivesse provas de comportamentos abusivos, inadequados ou até mesmo ilegais, pudesse ser publicá-las online de maneira similar ao que acontece no site de pesquisas *Wikipédia*. Para isso, o site diz possuir mecanismos tecnológicos que garantem a segurança de suas fontes, e asseguram que nenhum documento é publicado sem que tenha passado por uma análise minuciosa a fim de descobrir a veracidade da informação utilizando métodos do jornalismo investigativo somado ao uso de tecnologias antifraude⁹⁴.

Meses depois do lançamento do escandaloso vídeo, em Julho, o site publicou cerca de 75 mil relatórios militares sobre a guerra no Afeganistão que, segundo Natália Viana, jornalista brasileira parceira do WikiLeaks no Brasil que faz a apresentação do livro de Assange, comprovam “centenas de assassinatos indiscriminados de civis pelas forças dos EUA”⁹⁵. Mais tarde, em outubro do mesmo ano, foram publicados 400 mil relatos que tinham a ocupação do Iraque como tema central e que, ainda segundo a jornalista, provavam “a constante tortura contra prisioneiros”. Já em novembro, o maior vazamento de todos veio à tona, maior não só para a organização como também para a história de vazamentos de documentos secretos. O projeto recebeu o nome de “*Cablegate*” e incluía documentos de comunicações diplomáticas produzidos em embaixadas norte-americanas espalhadas por todo o mundo. Essa última publicação só foi possível graças ao ambiente virtual da internet, tendo em vista que seria necessário

⁹² ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.10.

⁹³ Ver artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Versão online disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm <Acesso em: 21/04/2013>

⁹⁴ Disponível em: <http://www.WikiLeaks.org/About.html> <Acesso em: 21/04/2013>

⁹⁵ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.11.

um trabalho de execução quase impossível para transportar e analisar tamanha quantidade de informação⁹⁶.

Para se ter uma ideia da seriedade de alguns documentos vazados pelo projeto “Cablegate”, Natália Viana exemplifica:

“As revelações desnudaram aspectos sinistros da política externa dos Estados Unidos, como os pedidos da secretária de Estado Hillary Clinton a 33 embaixadas e consulados para que diplomatas espionassem representantes de diversos países na ONU, reunindo números de cartões de crédito, senhas, dados de DNA. Outros documentos expunham mais claramente os crimes de guerra no Iraque [...] Os relatos da embaixada norte-americana na Tunísia [...] foram um enorme incentivo para a revolta tunisiana [...] e outros países seguiram o exemplo, no que ficou conhecido como a Primavera Árabe.”⁹⁷

A parceria com os grandes veículos de informação foi fundamental para a execução do último vazamento que só foi possível com a colaboração das equipes de cinco das maiores organizações noticiosas do mundo: o *The Guardian*, o *Le Monde*, o *El país*, o *The New York Times* e o *Der Spiegel*.⁹⁸ Isso porque, além de não possuir recursos financeiros para fazer uma grande divulgação de suas publicações, a página não possui um público significativo interessado em obter os documentos originais. Tal dado, no mínimo, levanta a questão de como as ditas novas tecnologias, embora menos hierarquizadas e ágeis, ainda se relacionam e, até certo ponto, depende das formas mais costumeiras de informação com grande parte da população. A maneira de associar a grande mídia a produtores individuais de informação, talvez seja um grande diferencial do WikiLeaks que, através da internet, permite que “dezenas de veículos independentes, jornalistas, ativistas – e usuários - se apropriem dessa documentação e se tornem também provedores de jornalismo de qualidade”⁹⁹.

Embora o caso ainda não tenha tido um desfecho, atribui-se a responsabilidade por grande parte dos vazamentos à um soldado norte-americano, Bradley Manning, que de acordo com o livro de D. Leigh e L. Harding¹⁰⁰, não concordava com as atitudes

⁹⁶ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁹⁷ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 11.

⁹⁸ LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. Tradução de Ana Resende. Campinas, São Paulo: Vesus, 2011.

⁹⁹ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 43.

¹⁰⁰ LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. Tradução de Ana Resende. Campinas, São Paulo: Vesus, 2011.

militares dos EUA e não suportava o modo como os seus superiores e os soldados do exército se relacionavam. A prisão do soldado não desqualifica o sistema de proteção aos informantes utilizados pelo WikiLeaks uma vez que supostamente ele teria confessado seu atos em um *chat* na internet ¹⁰¹.

Por consequência, ou não, da divulgação desses documentos, grandes empresas do ramo financeiro, como o *Bank of America*, *Visa*, *Mastercard*, *Paypal* e *Western Union*, criaram um bloqueio às transferências que envolvem o WikiLeaks. O *Paypal* justificou o bloqueio baseando-se nas suas políticas de uso que não permitem que seus serviços fossem utilizados em “atividades ilegais”¹⁰². A *Visa* também se manifestou justificando que a empresa “se reserva o direito de suspender pagamentos quando uma empresa não se adequou às leis locais ou às regulamentações feitas pela própria Visa”¹⁰³. Não foram encontradas declarações das outras empresas que justificassem o bloqueio, o que o torna passível de debate quanto a sua legalidade.

Em dezembro de 2010, Julian Assange foi intimado ao tribunal sueco, para responder sobre o seu envolvimento conturbado com duas mulheres em 2010 quando ele visitou o país para uma conferência. Após ter tido um mandado de prisão decretado pela justiça da Suécia, Assange se entregou à polícia britânica onde permaneceu preso até que a sua fiança fosse paga e lhe fosse garantido o direito de prisão domiciliar. Por ter deixado de se apresentar às autoridades britânicas durante sua prisão domiciliar, a Suécia entrou com pedido de extradição. Nesse momento, temendo uma possível influência norte-americana nas autoridades suecas, Assange se refugiou na embaixada do Equador, onde pediu asilo político. Embora o asilo tenha sido concedido pelo governo equatoriano, as autoridades londrinas se recusam a fornecer um salvo-conduto para que ele possa ser transportado em segurança para o país sul-americano o que o mantém restrito ao território da embaixada até a data em que este trabalho era escrito ¹⁰⁴.

¹⁰¹ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁰² Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1727568 <Acesso em: 21/04/2013>

¹⁰³ Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/bloqueio-financeiro-ameaca-manutencao-do-WikiLeaks-no-ar/200422> < Acesso em: 21/04/2013>

¹⁰⁴ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.

É certo que Julian Assange tem um papel fundamental na elaboração e execução das atividades do WikiLeaks. Porém, sabe-se que as intenções do grupo vão além do personalismo atribuído à sua figura. A organização envolve desde pessoas que não se identificam com a política externa de algum país, movido por um antinacionalismo, a grupos que prezam fundamentalmente pela liberdade de expressão. O conjunto dessas demandas é, ao final, extenso e possui vários objetivos diferentes, mesmo que estejam ligados diretamente com a organização. Por persistência da equipe que forma a organização, todo esse conturbado contexto não parou as suas atividades mesmo que se tenham criado alguns limites. Como exemplo disso, podemos citar a afirmação da jornalista Natália Viana em que afirma que, nesse meio tempo:

“A organização publicou setecentos arquivos sobre prisioneiros de Guantánamo, revelando inclusive detalhes dos interrogatórios; 2 milhões de e-mails do governo da Síria; centenas de propagandas de empresas de vigilância e espionagem digital; e centenas de documentos secretos do Departamento de Defesa dos EUA sobre suas políticas de detenção militar.”¹⁰⁵

No decorrer deste capítulo, a mídia foi apresentada como um grande agente modificador das relações sociais, em diversas esferas, ao longo do tempo. Desde o seu surgimento até os mais recentes relatos ela tem imposto desafios à manutenção da autoridade do Estado ao mesmo tempo em que empodera os agentes da sociedade civil organizada. O caso do WikiLeaks, tendo servido, no mínimo, como um sinal de alerta para os Estados, nos permite analisar essas duas características (relação Estado X Sociedade Civil) e levanta questionamentos quanto à eficácia das novas tecnologias em alterar as práticas políticas contemporâneas. Partindo-se do pressuposto que o Estado não pode mais ser considerado o único ator do sistema internacional, o capítulo 3 deste trabalho se dedicará a tentar compreender melhor como as ações do WikiLeaks, como agentes da sociedade civil munida pelas novas tecnologias, podem impactar e modificar o campo das Relações Internacionais.

¹⁰⁵ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13.

3. ANÁLISE DE CASO: WIKILEAKS, IMPACTOS E CASOS EMBLEMÁTICOS

O presente capítulo se dedicará a analisar os impactos das ações do WikiLeaks nas relações entre os Estados. Para isso, será dividido em três sessões. Na primeira, serão apresentados os principais argumentos prós e contras as atuações da organização. Em seguida, serão selecionados os documentos vazados que mais produziram discussão nos veículos de comunicação e aqueles que causam maior impacto devido ao seu conteúdo. Por fim, serão analisados os documentos cujo tema principal é o Brasil. No decorrer dos capítulos, buscar-se-á a aplicação dos conceitos teóricos apresentados no primeiro capítulo aliados ao detalhamento histórico do segundo, a fim de produzir uma análise coerente com os estudos do campo das Relações Internacionais.

3.1 Impactos positivos e negativos da atuação da organização

Conforme dito no segundo capítulo, a internet aumenta o poder de comunicação entre os indivíduos e isso tem impacto direto sobre as ações do WikiLeaks já que ela permite que informações sejam trocadas de maneira mais rápida e dinâmica. Em comparação com os meios de comunicação de massa, o poder comunicacional entre os indivíduos é muito menor do que na era da internet. Um dos grandes diferenciais desse período é a capacidade de descentralização dos polos produtores de informação permitindo a atuação e articulação coletiva. A internet possibilita ao indivíduo certo grau de independência uma vez que serve desde fonte de conhecimento de fácil acesso ao mesmo tempo em que fornece canais de difusão de informações autônomas que podem até competir com a grande imprensa.¹⁰⁶

Apesar de a imprensa tradicional ter feito grande alarde quanto a atuação do WikiLeaks, alguns críticos analisam, após alguns anos do acontecido, que pouco se tem de novo nas atuações da organização. Classificam-nas como provas do que já era sabido por senso comum ou apenas curiosidades de bastidores que não impactam nenhuma relação bilateral (no caso dos documentos diplomáticos). Nesse sentido, as revelações não deveriam ter tomado as proporções que alcançaram na mídia. No entanto, isso pode ser explicado pela “política do escândalo”, conceito trabalhado por Manuel Castells, praticada pela organização na qual busca-se revelar aquilo que o poder tem interesse em

¹⁰⁶ SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *O fenômeno WikiLeaks e as redes de poder*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5122/3879>> Acesso em: 01/10/2013

esconder, deslegitimando os agentes. Esse conceito ganha força na era da internet já que aumenta o poder comunicacional dos indivíduos conforme dito anteriormente.¹⁰⁷

Além da estratégia da chamada política do escândalo, alguns momentos históricos da época contribuíram para que as divulgações fossem potencializadas. Dentre eles, podemos citar: a busca por legitimidade para a intervenção americana no Iraque frente às fortes críticas dos defensores de direitos humanos; a organização de movimentos da sociedade civil contra governos autoritários no Oriente Médio e Ásia utilizando-se da internet e; a retomada da discussão, no Brasil, de acesso à documentos da época da ditadura envolvendo a presidente Dilma Rouseff¹⁰⁸.

Assim como o pensamento de Joseph Nye, expostos no primeiro capítulo, Manuel Castells afirma que o poder se baseia no controle da comunicação. Tal afirmação também permite esclarecer as proporções tomadas pelos vazamentos principalmente quando analisadas as reações estadunidenses. A comunicação política se altera na era da internet porque as informações se difundem por canais que fogem aos aparatos do poder. Para o autor, o principal debate que deve ser pensado a partir das ações do WikiLeaks é o que envolve o acesso à informação entre os políticos e seus representados e a liberdade de informação.¹⁰⁹

Nesse sentido, as opiniões se dividem em basicamente dois grandes grupos: de um lado os defensores da transparência e da liberdade de expressão e, de outro, os que legitimam o direito dos governantes em guardar segredos que envolvem o interesse nacional. A Revista de Política Externa, que tem o objetivo de trazer os principais temas de relações internacionais sobre um ponto de vista brasileiro, tem o seu volume de número dezanove¹¹⁰ dedicado a demonstrar esse debate.

Dentre os artigos publicados, Matias Spektor aponta que os principais argumentos a favor da organização incluem: a) um aumento da transparência nos assuntos do poder público; b) um fortalecimento das democracias; c) alargamento do debate político, e; d) revelação do processo decisório que nem sempre é limpo¹¹¹. Tais argumentos coincidem

¹⁰⁷ SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *O fenômeno WikiLeaks e as redes de poder*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneapcom/article/view/5122/3879>> Acesso em: 01/10/2013

¹⁰⁸ SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais, em *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 19-29.

¹⁰⁹ CASTELLS, Manuel. *La ciberguerra de WikiLeaks*. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-WikiLeaks.html>> Acesso em: 01/10/2013

¹¹⁰ Ver: *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011.

¹¹¹ SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais, em *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 19-29.

com a visão democrática do ex-ministro das relações exteriores, Celso Lafer, em artigo publicado na mesma revista, no qual afirma:

“A democracia pressupõe a existência de cidadãos e não de súditos subordinados a um soberano. O exercício da cidadania requer informação exata e honesta para que, na interação entre governantes e governados, estes possam tomar decisões, por exemplo, no processo eleitoral, e avaliar e controlar a gestão governamental.”¹¹²

Nessa mesma linha, o autor Pedro Luiz Rodrigues, aponta que os interesses das nações soberanas não são diferentes dos de seus cidadãos. A partir do WikiLeaks, os “transparentistas”, como chama o autor, iniciaram uma guerra contra os Estados na defesa da transparência dos assuntos público. Negociações sigilosas são questionadas desde antes do surgimento da Liga das Nações, quando se proibiu a prática da diplomacia secreta. Por outro lado, questiona-se até que ponto é possível manter um nível de transparência nas ações dos governos principalmente quando envolvem a segurança e o interesse nacional. Garantir a segurança externa dos Estados e evitar a influência da opinião pública e de grupos de interesses em questões de política externa são argumentos que legitimam a omissão de certas informações¹¹³. Além disso, esperar que assuntos de Estados devam ser tratados com total transparência é insustentável uma vez que se sabe que estes nem sempre agem de maneira verdadeira, ignorando, por muitas vezes, as suas próprias leis¹¹⁴.

“É necessário que sejam reservados ao Estado espaços de segredo, mas ao mesmo tempo reivindicam maior grau de transparência, inclusive na esfera das relações internacionais, Mas como se definir as fronteiras entre os dois espaços?”¹¹⁵

Essa fronteira é muito difícil de ser delimitada já que os Estados tendem explorar cada vez mais seu limite cabendo à imprensa o papel de restringi-lo¹¹⁶. Para alguns especialistas, o WikiLeaks ajuda a redefinir a fronteira de “segredos de Estado” que vinha se expandindo arbitrariamente à conveniência dos governantes¹¹⁷.

¹¹² LAFER, Celso. *Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks*. *Política Externa*, vol. 19, n.4 mar/abril/mai 2011.

¹¹³ RODRIGUES, Pedro Luiz. *Westphalia x WikiLeaks, um nó a ser desatado*. *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 31-37.

¹¹⁴ WAAK, William. *Jornalismo e Diplomacia*. *Política Externa*, vol 19, n.4, mar/abril/mai 2011.

¹¹⁵ RODRIGUES, Pedro Luiz. *Westphalia x WikiLeaks, um nó a ser desatado*. *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 31-37.

¹¹⁶ RODRIGUES, Pedro Luiz. *Westphalia x WikiLeaks, um nó a ser desatado*. *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 31-37.

¹¹⁷ CHRISTOFOLETTI, Rogério e OLIVEIRA, Cândida. *Jornalismo pós WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação*. Disponível em:

O fato das informações terem sido obtidas e vazadas ilegalmente pelo soldado americano Bradley Manning, configura outro ponto de crítica às ações do WikiLeaks, embora vazamento de documentos ilegalmente não seja algo inédito¹¹⁸. A imprensa tradicional sempre apostou no vazamento de informações para ganhar maior visibilidade e, dificilmente, esses documentos não teriam sido vazados caso tivesse sido obtidos de outras formas. A organização se diferencia, no entanto, porque utiliza da descentralização, ou seja, atua em rede. A parceria entre o WikiLeaks, a internet e os meios de comunicação de massa (mesmo entre concorrentes que trabalharam de forma cooperativa) é algo marcante para o jornalismo¹¹⁹.

A aliança entre o WikiLeaks e os meios de comunicação tradicionais, discutida no capítulo 2, pode ser vista como um ponto fraco na medida em que revela uma dependência da informação em ganhar proporções. Por outro lado, é vista como uma inteligente estratégia da organização que conseguiu consolidar uma marca, no sentido literal da palavra, de modo que outras fontes de vazamento de informações prefeririam buscar o apoio do grupo ao invés dos meios tradicionais de comunicação¹²⁰.

Outro argumento contra as ações da organização é o temor que causaria nos diplomatas em se comunicar adequadamente o que poderia prejudicar as relações diplomáticas¹²¹ embora não se tenha percebido nenhuma alteração em um posicionamento de Estado do governo norte-americano. Os avanços tecnológicos embora facilitem a comunicação, implicam em uma maior vulnerabilidade da informação dada a sua maneira de armazenamento. Ao mesmo tempo em que isso proporciona uma facilidade maior de pesquisa, impõe limites à capacidade de se manter documentos em sigilo¹²².

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5072/3884>> Acesso em: 01/10/2013

¹¹⁸ RODRIGUES, Pedro Luiz. Westphalia x WikiLeaks, um nó a ser desatado. *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 31-37.

¹¹⁹ CHRISTOFOLETTI, Rogério e OLIVEIRA, Cândida. *Jornalismo pós WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação*. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5072/3884>> Acesso em: 01/10/2013

¹²⁰ SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *O fenômeno WikiLeaks e as redes de poder*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5122/3879>> Acesso em: 01/10/2013

¹²¹ RODRIGUES, Pedro Luiz. Westphalia x WikiLeaks, um nó a ser desatado. *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 31-37.

¹²² LAFER, Celso. *Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks*. *Política Externa*, vol. 19, n.4 mar/abril/mai 2011.

Também contra as atividades do WikiLeaks, é apontado a falta de mecanismos que a organização deveria possuir para assegurar a integridade física dos indivíduos que tiveram seus nomes expostos. Embora este argumento também tenha se provado inválido, com o passar do tempo, já que nenhum caso de represália foi noticiado. Também faltam mecanismos de *accountability* que assegurem a fiscalização, também necessária, da própria organização no que diz respeito principalmente ao seu financiamento e à veracidade das informações vazadas.¹²³

O bloqueio financeiro descrito no segundo capítulo serve para ilustrar como as novas redes ciberativistas estão ainda vulneráveis à antigas redes políticas entre governos e grandes empresas transnacionais uma vez que agiram, quase que em conjunto, para conter os vazamentos. Embora a comunidade ciberativista tenha se solidarizado com as sanções contra o site e tenha criado mecanismos de apoio como a multiplicação de domínios com nomes iguais¹²⁴, esta talvez tenha sido uma das maiores implicações do WikiLeaks:

“O esclarecimento da opinião pública internacional de que as grandes corporações podem tentar anular a liberdade de expressão pelo controle que possuem da infraestrutura de comunicação, dos *backbones* por onde os fluxos de informação transitam¹²⁵,”

Tendo feito os Estados, ao mínimo, repensem o modo de manter informações, o WikiLeaks serve como um grande sinal de alerta para os governos que desejam manter suas confidencialidades. Percebe-se algumas mudanças quanto o acesso à informação por parte dos Estados na tentativa de evitar novos vazamentos. Nesse sentido, instala-se um intenso clima de conflito, uma cyberguerra, não entre Estados, mas de um lado, organizações da sociedade civil que não aceitam a versão censurada que os que agem em seu nome divulgam¹²⁶ e, de outro, uma aliança política entre governo e grandes empresas que buscam proteger a informação na defesa de seus interesses.

¹²³ SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais, em *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011, pp. 19-29.

¹²⁴ CASTELLS, Manuel. *La ciberguerra de WikiLeaks*. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-WikiLeaks.html>> Acesso em: 01/10/2013

¹²⁵ SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *O fenômeno WikiLeaks e as redes de poder*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneapoccom/article/view/5122/3879>> Acesso em: 01/10/2013

¹²⁶ CASTELLS, Manuel. *La ciberguerra de WikiLeaks*. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-WikiLeaks.html>> Acesso em: 01/10/2013

Mesmo que os documentos não tragam muitas informações inéditas, eles confirmam rumores e criam constrangimentos nas relações diplomáticas, embora isso dificilmente tenha ocasionado problemas práticos negociações econômicas ou políticas. É fato que, na era da internet, os governos não podem mais contar com o luxo do sigilo. O marco da organização é histórico e suas ações servem de inspiração para que outras organizações da sociedade civil se organizem na defesa da transparência e da liberdade de expressão.

3.2 Documentos vazados: contexto internacional

Nesta sessão, serão explorados alguns dos casos vazados pelo WikiLeaks. Os documentos referentes aos diários de guerra no Afeganistão e Iraque são relatados em uma subseção. Por sua vez, o vazamento de documentos diplomáticos, operação que ficou conhecida como “Cablegate”, e inclui 250 mil relatórios diplomáticos de 274 embaixadas e consulados dos Estados Unidos no mundo todo, foram agrupados por critério geográfico.

A seleção dos temas foi feita a partir dos casos destacados pelas principais obras publicadas sobre a organização¹²⁷, além dos casos que tiveram grande repercussão nos veículos tradicionais de mídia. Foram buscadas reportagens de veículos de comunicação nacionais e internacionais e, nos casos possíveis, buscou-se os documentos originais. Podemos citar, a título de exemplo, a rivalidade típica da guerra fria entre Estados Unidos e Rússia ou com países que permanecem sob ideologias esquerdistas como Cuba, Venezuela e Coreia do Norte. O complicado jogo de poder no Oriente Médio, intensificadas pela aliança com Israel, também são relatados nos documentos. A preocupação com países nucleares como Paquistão e Coreia do Norte e suas tensas relações com Índia e Coreia do sul, respectivamente. Exploraremos detalhadamente alguns desses casos a seguir.

3.2.1 Diários de guerra: Iraque e Afeganistão

Conforme dito no segundo capítulo, embora tenha iniciado suas atividades em 2006, o WikiLeaks ficou amplamente conhecido com a divulgação do vídeo em que

¹²⁷ As obras utilizadas incluem: LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. São Paulo: Vesus, 2011; DOMINGOS, José Antonio e COUTO, Sergio Pereira. *WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder*. Bauru, São Paulo: Idea Editora, 2011.

soldados americanos atiram, de um helicóptero Apache, em civis desarmados no Iraque em um ataque que ficou conhecido como “collateral murder”. Entre as vítimas, se encontravam dois repórteres da agência de notícia Reuters além de pais que levavam suas crianças, também mortas, para escola. A divulgação do vídeo foi tanta que a organização criou uma página apenas para tratar do assunto¹²⁸ que exibe o vídeo completo e uma versão resumida do ataque. A demanda por explicações, principalmente por parte da agência de notícia, foi grande. Por fim, a página questiona a segurança de repórteres no exercício do trabalho quando atuam no Iraque, afirmando que desde o início do conflito 139 jornalistas já haviam morrido até 2009.

O segundo caso de grande repercussão do WikiLeaks foi o vazamento de mais de 70 mil relatórios militares secretos da guerra do Afeganistão, também em 2010. Os documentos revelam detalhes sobre as ações militares desastrosas que muitas vezes vitimavam civis. Um dos casos mais repercutidos¹²⁹ foi um ataque executado que objetivava matar um líder de alto escalão da Al Qaeda, Abu Laith al-Libi. Na versão oficial, o ataque foi realizado por uma força tarefa, com o uso de um helicóptero, no qual foram mortos diversos militantes, presos dois, além de sete crianças que estariam sendo usadas como defesa dos militantes e acabaram sendo mortas. No entanto, o documento vazado desmente tal versão. Segundo o relatório, não se tratou de um “ataque-aéreo”, em vez disso o que aconteceu foi o teste de um novo armamento capaz de disparar mísseis a sessenta quilômetros de distância sem que houvesse uma confirmação precisa do alvo nas instalações que foram bombardeadas. O documento relata que a população estava em choque com o ataque, mas que este era legítimo já que miravam criminosos apesar de lamentarem a morte de crianças.

Ainda sobre os diários de guerra do Afeganistão, foi revelada uma lista de dois mil alvos que deveriam ser mortos ou capturados que é completamente conduzida por militares sem que existisse qualquer julgamento prévio. Além dessa lista, os documentos revelavam a brutalidade com que tropas militares (não apenas as americanas) assassinavam civis, quando trafegavam por estradas, por temerem ataques suicidas de pessoas que se aproximavam em carros ou motos, desrespeitando os códigos de advertências prévias antes de abrir fogo.

¹²⁸ A página pode ser acessada em: <www.collateralmurder.com> Acesso em: 15/10/2013.

¹²⁹ LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. São Paulo: Vesuvius, 2011. P. 112

Em editorial, o jornal inglês *The Guardian* justificou a sua parceria com o WikiLeaks para por o vazamento dos diários de guerra do Afeganistão em prática. Os motivos podem ser observados no seguinte trecho:

“Esses diários de guerra – escritos no calor da batalha – mostram um conflito brutalmente sujo, confuso e imediato. E contrasta, de algum modo, com a guerra “pública”, limpa e higiênica [...]. O *The Guardian* passou semanas examinando esse oceano de dados, que gradualmente revelou as histórias de horror humano e de tessitura ocultas infligidas diariamente durante uma guerra promovida, muitas vezes, de modo desastrado.”¹³⁰

Após o vazamento dos documentos militares referentes à ocupação do Afeganistão, o WikiLeaks divulgou grande quantidade de documentos que relatavam os detalhes da guerra do Iraque¹³¹. Tais documentos forneceram uma base de dados que as autoridades americanas lutavam em manter ocultas. Revelaram o grande número de mortos durante a ocupação militar americana no país que sempre foram justificadas com o argumento de libertação do brutal Estado policial de Saddam Hussein. Estado esse que, mesmo após a deposição, continuou a abusar e assassinar seus próprios cidadãos. Mesmo as autoridades afirmando que eles não faziam contagem de corpos, os documentos vazados contabilizavam 4.748 soldados de tropas americanas e aliadas que perderam suas vidas até o final de 2010. O número de civis iraquianos por mortes violentas chegou, nos documentos vazados, em 66.081. Embora alguns conflitos não tenham sido registrados nos diários do Exército, os números serviram de bases estatísticas para que grupos extraoficiais como o Iraq Body Count embasasse sua contagem estimada entre 99.383 e 108.501 civis mortos na invasão e ocupação.

3.2.2 Documentos diplomáticos: Cuba.

Começamos por dois documentos cujo protagonista é Cuba. Documentos do Escritório de Interesse dos Estados Unidos em Havana, divulgados pelo WikiLeaks, afirmam que a corrupção em Cuba atingiu até a mais alta classe política, incluindo membros do partido comunista, e tornou-se generalizada. As práticas corruptas incluem suborno, em troca de concessões políticas, e desvio de recursos públicos. O documento

¹³⁰ LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. São Paulo: Vesus, 2011. P. 131.

¹³¹ LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. São Paulo: Vesus, 2011.

afirma que alguns setores do governo são comandados por verdadeiras máfias como o turismo, o transporte, a construção e a distribuição de alimentos. Essas más práticas são justificadas com o argumento de sobrevivência já que a maioria das pessoas trabalha para o governo e têm uma média salarial de 18 dólares. Outro documento afirma que até a Igreja católica foi forçada a abandonar seu ativismo político na tentativa de conservar seu espaço no país¹³².

Ainda com relação a Cuba, documentos relatam que funcionários do governo americano acreditam que Fidel Castro quase morreu em 2006 devido à uma perfuração no intestino. Os comunicados revelam o grande esforço dos diplomatas americanos em obter mais informações sobre a doença do líder cubano. Afirma ainda que, apesar da seriedade do Estado de saúde de Fidel Castro, seria improvável que o líder cubano viesse a óbito, mas que este provavelmente ficaria debilitado o suficiente para não voltar à presidência do país. Fidel Castro havia elogiado as ações do WikiLeaks por considerar que esta era uma organização que estava desafiando a maior potência mundial, deixando-a “de joelhos”¹³³.

3.2.3 Documentos diplomáticos: Oriente Médio

A preocupação com a situação do Oriente Médio é um dos temas centrais da política externa norte-americana. A parceria entre os Estados Unidos e Israel já é tradicional, já que este último representa um grande aliado norte-americano na conturbada região. Como não poderia deixar de ser, o lobby israelense é algo notável no congresso americano e tem grande influência sobre a política externa do país. A preocupação com a região aumenta na medida em que são tomadas decisões unilaterais dos americanos de interferência na região. Em busca de legitimação dessas ações, os Estados Unidos procuram aumentar a sua rede de aliados na região e enxergam oportunidades em regimes que apresentam sinais de enfraquecimento como a Tunísia e buscam estreitar relações com importantes países como a Arábia Saudita.

A relação entre Israel e Estados Unidos fica evidente com alguns dos documentos vazados pelo WikiLeaks dentre eles, um que confirma que Washington estava ciente do

¹³² AZNÁREZ, Juan Jesus. *EE UU retrata la corrupción en Cuba*. Disponível em: <
http://internacional.elpais.com/internacional/2011/01/22/actualidad/1295650804_850215.html>
Acesso em: 15/10/2013.

¹³³ *Documento vazado pelo WikiLeaks afirma que Fidel quase morreu em 2006*. Disponível em: <
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101216_WikiLeaks_fidel_saude_rw.shtml>
Acesso em: 15/10/2013.

ataque israelense que havia bombardeado a construção de um reator nuclear sírio em setembro de 2007. Embora nunca tenha admitido o ataque, a participação de Israel ficou clara após declarações do primeiro ministro da época. O documento enviado pela então secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, aos diplomatas americanos em Israel, afirma que o reator provavelmente estava sendo construído com ajuda da Coreia do Norte e que estava a apenas duas semanas de ficar pronto para funcionamento. Por outro lado, a Síria alegou que não se tratava de um reator nuclear, mas apenas de uma instalação militar em construção¹³⁴.

Ainda com o tema em Israel, uma reportagem do começo de 2011 do jornal norueguês *Aftenposten*, afirma que o país está se preparando para uma guerra em larga escala no oriente médio provavelmente contra os grupos terroristas Hamas ou Hezbollah. A reportagem, que tem como fonte um documento vazado pelo WikiLeaks, relata uma conversa entre o chefe do Estado Maior Israelense, Gabi Ashkenazi, e uma delegação do Congresso americano, em 2009. Na conversa, Gabi afirma que Israel sofre uma ameaça aérea séria tendo em vista os armamentos que o Hezbollah possui, o que inclui 40 mil foguetes capazes de causar sérios danos ao território israelense¹³⁵.

O interesse da Arábia Saudita em conter os avanços do programa nuclear iraniano e a expansão de sua zona de influência sobre o Iraque é relatado em outro documento vazado, datado de 2008. No documento, autoridades sauditas concordam que precisam cooperar mais com os Estados Unidos na tentativa de minar a influência do Irã sobre o Iraque. O rei saudita teria, inclusive, pedido para que os norte-americanos “cortassem fora a cabeça da cobra” se referindo às instalações nucleares iranianas para acabar de vez com o problema. Outros líderes, dentre eles o ministro de relações exteriores saudita foi, no entanto, mais brando ao pedir:

“Sanções econômicas mais severas ao Irã, incluindo a proibição de viajar e restrições futuras para a concessão de crédito. [...] Algumas dessas sanções poderiam ser implementadas sem a aprovação da ONU. O ministro das Relações Exteriores também afirmou que o uso de pressão militar contra o Irã não deve ser descartada”.¹³⁶

¹³⁴ *EUA sabiam de ataque israelense a reator nuclear na Síria, em 2007, diz jornal*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/850458-eua-sabiam-de-ataque-israelense-a-reator-nuclear-na-siria-em-2007-diz-jornal.shtml>>. Acesso em: 15/10/2013.

¹³⁵ *Israel se prepara para guerra em 'larga escala'*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/melhorWikiLeaks/posts/2011/01/03/israel-se-prepara-para-guerra-em-larga-escala-354023.asp>>. Acesso em: 10/15/2013.

¹³⁶ *Saudi king urges US strike on Iran*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/150519>>. Acesso em: 15/10/2013. (Tradução minha).

Os constantes conflitos na região podem ser interpretados a partir do conceito de hegemonia de Cox apresentado no capítulo 1. Os interesses israelense em manter o *status quo* na região, apoiados pelos Estados Unidos, provocam ações militares na tentativa de conter possíveis contra-hegemonias que surgem de países como o Irã. Também pode ser visto como uma manifestação contra-hegemônica, as ações do governo Sírio, apoiado pela Rússia, na busca de maior influência na região.

Outra mensagem diplomática revelada mostra o incômodo provocado na embaixada dos Estados Unidos em Bagdá após a execução de Saddam Hussein em 2006, no mesmo dia em que se comemora do festival mulçumano Al-Adha (que lembra o sacrifício do profeta Abraão em sacrificar seu próprio filho pela vontade de Deus e que marca também o fim da peregrinação à Meca¹³⁷). O documento descreve a conversa entre o embaixador dos Estados Unidos em Bagdá e o promotor adjunto da alta corte penal iraquiana. Na transcrição, afirma-se que o governo iraquiano não teve um plano bem elaborado de contenção das testemunhas presentes na execução de Saddam Hussein. Relata-se que haviam oficiais do governo fotografando a cena o que provavelmente deu origem ao vídeo da execução que repercutiu mundialmente causando desconforto em muitos países¹³⁸.

Datado de julho de 2009, um documento descreve a relação entre Estados Unidos e Tunísia tendo em vista o enfraquecimento do governo do presidente Bem Ali e quais oportunidades devem ser aproveitadas a fim de aproximar os dois países. O diplomata redator do documento afirma que:

“A Tunísia tem grandes problemas. O presidente Ben Ali está envelhecendo, seu regime está esclerosado e não há um sucessor claro. Muitos tunisianos estão frustrados com a falta de liberdade política, enfurecidos com a corrupção na Primeira Família e as inquietudes regionais.[...] Os resultados: A Tunísia está perturbada, assim como as nossas relações.”¹³⁹

Além disso, segundo o documento, a situação de desemprego e intolerância repressiva do governo estão fazendo com que ondas de insatisfação cresçam. Para os

¹³⁷ DOMINGOS, José Antonio e COUTO, Sergio Pereira. *WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder*. Bauru, São Paulo: Idea Editora, 2011. P. 126.

¹³⁸ *WikiLeaks revela incômodo dos EUA após execução de Saddam*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/WikiLeaks-revela-incomodo-dos-eua-apos-execucao-de-saddam,48d837ab6daea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15/10/2013.

¹³⁹ *Tunisia – a US foreign policy conundrum*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/217138>>. Acesso em: 15/10/2013. (Tradução minha).

Estados Unidos, isso representa uma oportunidade tendo em vista que o país pode agir defendendo os direitos humanos e democráticos por meio do fortalecimento de intercâmbios culturais. O documento afirma que o país não aceita críticas internas e nem internacionais permanecendo relativamente fechado e que a corrupção no governo tem crescido não despercebida dos olhos da população. Segundo o documento, a instabilidade está aumentando e desafia, cada vez mais, o regime. A análise desse documento é interessante, pois ele relata o período anterior ao surgimento da chamada “primavera árabe” que teve início justamente na Tunísia. A oportunidade de reafirmar valores democráticos no país foi percebida pelos Estados Unidos antes do início das revoltas uma vez que foi percebido que um clima de instabilidade no regime era crescente.

3.2.4 Documentos Diplomáticos: China, Rússia e Paquistão

A relação nem sempre harmoniosa com a Rússia, resquício da guerra fria, a ascensão Chinesa no sistema internacional (sua relação com a complicada Coreia do Norte) e o programa nuclear Paquistanês também são assuntos de grande importância para a política externa americana o que é reforçado por alguns documentos vazados.

Sobre a questão nuclear paquistanesa, um documento fala sobre a criação de novas e mais eficientes medidas de segurança para o desarmamento nuclear. A reunião foi entre a subsecretária americana Tauscher e representantes do governo inglês às vésperas de uma conferência do chamado P5 (países que possuem armamento nuclear mas que assinaram o Tratado de Não Proliferação). Os representantes ingleses se mostraram satisfeitos com o papel de liderança que os Estados Unidos tem tentado desempenhar na questão do desarmamento no mundo. O documento relata que há uma preocupação crescente com o programa nuclear paquistanês e vê que existe uma necessidade de revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear¹⁴⁰.

Além da preocupação nuclear, documentos vazados mostram que a Rússia forneceu armamento para grupos separatistas da Ossétia do Sul na tentativa de combater secretamente a Geórgia no conflito de 2008. Segundo o diplomata redator do documento, a Rússia tem agido agressivamente, embora tentem ocultar suas ações, para enfraquecer as lideranças da Geórgia. O documento revela a preocupação do ex-

¹⁴⁰ *Fears over safety of Pakistan's nuclear weapons*. Disponível em: <
<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/226331>> Acesso em: 15/10/2013.

integrante da União Soviética das forças russas não se contentarem apenas com o território da Ossétia do Sul e que tais ações demonstram o interesse russo em reconquistar parte do território da antiga república socialista. O documento levanta novamente as origens do conflito entre os dois países. Por um lado, Rússia afirma que o conflito se iniciou com o envio de tanques para retomar a Ossétia do Sul o que provocou uma reação de defesa na Rússia. Por outro, a Geórgia justifica que não poderia mais tolerar as intensas provocações russas e que Moscou permanecia relutante em selar um acordo¹⁴¹.

Um outro documento interessante relata uma reunião entre o vice-ministro de Relações Exteriores da China, Yung-woo, e a embaixadora americana Katherine Stephens. No encontro, o vice-ministro chinês afirma que:

“No caso de um colapso da Coreia do Norte, qualquer presença militar dos EUA não seria bem vinda. [...] A República Popular da China estaria confortável com uma Coreia reunificada controlada por Seul e ancorada aos Estados Unidos – desde que a Coreia não fosse hostil à China”. aceitará uma unificação das duas coreias sob liderança de Seul e em uma aliança com os Estados Unidos, desde que isso não oferecesse ameaças à China.

A preocupação com um colapso na Coreia do Norte cresceu após a morte do ditador Kim Jong-il. O governo Chinês também mostrou que tem interesse no desarmamento nuclear do país, embora a manutenção do *status quo* também seja interessante¹⁴². Em outras palavras e, de acordo com os conceitos de Cox, o governo chinês não se incomodaria com uma reunificação coreana desde que o país não represente ameaças aos seus interesses no continente.

Dadas as dimensões dos vazamentos, os temas são os mais diversos e revelam os bastidores da diplomacia norte-americana. Como foi dito na sessão anterior, muitos críticos são céticos quanto à importância dos conteúdos presentes nos telegramas. No entanto, a análise desses documentos nos permite perceber que velhas disputas iniciadas nos períodos das grandes guerras relutam em esvaír. Além disso, ficará claro o posicionamento do governo norte-americano, por meio da comunicação entre seus diplomatas, sobre assuntos da política externa do país. Levando-se em consideração que a política externa dos Estados Unidos é a que tem maiores pretensões globais, os

¹⁴¹ WikiLeaks cables claim Russia armed Georgian separatists. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2010/dec/01/WikiLeaks-cables-russia-georgian-separatists>> Acesso em: 15/10/2013.

¹⁴² China would accept Korean reunification. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/249870>>. (Tradução minha).

documentos oficiais se tornam de grande importância para análise do sistema internacional.

3.3 Documentos vazados: contexto nacional

Ao revelar documentos diplomáticos das embaixadas americanas do mundo todo, o WikiLeaks não teria como não citar o Brasil. No site da organização, é possível selecionar a busca de documentos originais que envolve um determinado país. Os documentos que envolvem o Brasil e que foram mais repercutidos serão descritos nesta seção. Tendo em vista o crescimento do Brasil como ator global, Assange, ao publicar os documentos diplomáticos, adotou uma estratégia diferente ao eleger a jornalista Natália Vianna como a responsável pelas matérias em português sobre as revelações do site. A jornalista desenvolveu um blog, em parceria com a reconhecida revista Carta Capital, para publicar as informações nacionais no qual os leitores poderiam solicitar sobre quais assuntos vazados eles gostariam de obter mais informações. No entanto, outros veículos de comunicação também buscaram os documentos originais no site da organização e publicaram reportagens sobre eles, as quais serão descritas algumas. Para fins didáticos, os documentos também foram agrupados seguindo critérios regionais.

3.3.1 Documentos diplomáticos: Brasil X Estados Unidos

A parceria entre Brasil e Estados Unidos é histórica. Com a eleição de Barack Obama houve uma mudança significativa da política externa americana inclusive sobre o complicado oriente médio. Nesse sentido, um documento vazado pelo WikiLeaks, mostra que os EUA solicitaram ao Brasil uma ajuda financeira para as autoridades palestinas no valor de 10 milhões de dólares o qual teve aprovação do Itamaraty durante a Cúpula América do Sul-Países Árabes. Segundo o documento:

“Chefes relevantes do MRE foram receptivos à idéia de uma ajuda futura de uma contribuição brasileira, mas lembrou que o congresso brasileiro ainda não aprovou os 10 milhões que o Itamaraty prometeu para a reconstrução de Gaza”.

Ainda segundo o documento, “Brasília quer aumentar a sua participação na situação de Israel e Palestina” e relata que a mudança de governo nos Estados Unidos, apoiando um discurso que afirmava a vontade de chegar à uma solução entre os dois países, foi bem recebida pelos líderes do Itamaraty. Apesar disso, o governo brasileiro ainda desempenha uma “política relativamente indefinida sobre a região e a questão entre Israel e Palestina”¹⁴³

No cenário internacional, apesar do crescimento de sua projeção que o Brasil alcançou nos últimos tempos, ainda falta maturidade para que este seja um ator global e que precisa ser incentivado pelos Estados Unidos. Isso é o que diz um dos documentos vazados escritos tendo em vista a antiga reclamação brasileira por uma reforma no Conselho de Segurança da ONU¹⁴⁴. Segundo o documento, o Brasil não garante total apoio dos norte americanos porque mantêm uma postura de imparcialidade nas principais agendas internacionais, o que, para os diplomatas brasileiros, é considerado uma regra de boa convivência com os vizinhos, uma tradicional premissa da política externa brasileira. Embora as missões de paz no Haiti garantam certo nível de visibilidade para o país, o documento questiona o papel de liderança na América Latina que o Brasil tenta estabelecer.

Por fim, foram vazados também alguns documentos produzidos pela biblioteca do congresso americano e que podem ser obtidos facilmente por meio do campo de busca do WikiLeaks. Os textos dizem respeito principalmente à aspectos econômicos e políticos entre Brasil e os Estados Unidos. A produção desses documentos demonstra interesse elevado de que esses assuntos sejam monitorados e debatidos pelos formadores do governo estadunidense, por implicarem em impactos diretos aos interesses econômicos do país. Os temas envolvem: a formação do MERCOSUL, o status, efeitos comerciais, desafios e interesses dos Estados Unidos; o caso Brasileiro na OMC contra o programa de algodão dos Estados Unidos; a política de comércio brasileira e os efeitos sobre os Estados Unidos; a produção e exportação agrícola brasileira; a produção de etanol e outros bicompostíveis e a cooperação energética entre Brasil e Estados Unidos; o Acordo de Livre Comércio das Américas, suas complicações políticas e o status das negociações.

¹⁴³ Disponível em: <<http://WikiLeaks.ch/cable/2009/09/09BRASILIA1112.html>> Acesso em: 15/10/13.

¹⁴⁴ *Falta maturidade ao Brasil, dizem EUA*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1302201101.htm>> Acesso em: 15/10/13.

O vazamento deles foi noticiado pela *Folha S. Paulo*, em versão online, no dia 28 de Julho de 2010¹⁴⁵. A notícia traz a opinião de Diego Bonomo, membro da *Brazil Industries Coalition*, organização que defende os interesses da indústria brasileira nos Estados Unidos, afirmando que os documentos tem “peso muito grande” na tomada de decisão dos congressistas. Além disso, a notícia traz os principais temas dos documentos, a posição que o país ocupa regionalmente e o papel de liderança entre os países emergentes.

3.3.2 Documentos diplomáticos: contexto regional

Sobre o contexto regional, outro documento¹⁴⁶ revela a preocupação da vizinha Argentina quanto a aproximação do país com o Irã e a Coréia do Norte no final do governo Lula quando este recebeu uma visita do presidente iraniano Ahmadinejad além de decidir por abrir uma representação diplomática na Coréia do Norte. Outro fato que sustenta a preocupação argentina é o de que todos os países do BRICS, com exceção do Brasil, possuem armas nucleares. Com base nisso, os argentinos emitiram um sinal de alerta para os Estados Unidos. O documento revela também que os argentinos viram um bom sinal nas eleições de 2010 já que consideravam que nenhum candidato que assumisse o governo seguiria a audaciosa agenda externa criada por Lula. Apesar do alerta, os argentinos se sentem seguros enquanto o Brasil manter o respeito aos tratados internacionais.

Alguns documentos tem como protagonista o falecido ex presidente venezuelano, Hugo Chávez, o qual sempre foi um incômodo para a política externa estadunidense. A atenção dada ao líder bolivariano chegou ao ponto do México pedir aos Estados Unidos para comprometer mais o próximo presidente do Brasil na tentativa de frear os avanços do líder na América latina no período que antecedeu as eleições brasileiras. Em encontro com o embaixador americano Dennis Blair, o presidente do México, Felipe

¹⁴⁵ Ver: *Análises americanas sobre o Brasil também vazaram no WikiLeaks*. Publicado em: 28 jul. 2010. Versão online disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/773802-analises-americanas-sobre-o-brasil-tambem-vazaram-no-WikiLeaks.shtml> <Acesso em: 11/05/2012>

¹⁴⁶ *Documento mostra que Argentina comentou com EUA sobre programa nuclear do Brasil*. Disponível em: < <http://operamundi.uol.com.br/blog/operaleaks/documento-mostra-que-argentina-comentou-com-eua-sobre-programa-nuclear-do-brasil/>>. Acesso em: 15/10/13.

Calderón, criticou a posição de Lula em deixar que Hugo Chávez crescesse regionalmente e afirmou que o Brasil é fundamental para contê-lo¹⁴⁷.

O WikiLeaks revelou também que o presidente venezuelano influenciou o presidente boliviano, Evo Morales, a nacionalizar as instalações da Petrobrás no país em 2006 o que gerou um atrito econômico entre os dois países. A ocupação por militares das instalações da Petrobrás foram autorizadas pelo governo boliviano após a promessa que a Venezuela se comprometeria a fornecer os recursos tecnológicos para a exploração do gás. Após as negociações o governo brasileiro acabou cedendo às demandas bolivianas. Em outro documento, o assistente direto de Marco Aurélio Garcia, diretor da Presidência para Assuntos Internacionais brasileiros, Marcelo Biato, afirmou que não se pode escolher os seus vizinhos, que não simpatizava com o modo com que Chávez conduzia a sua política nacional e nem com as atitudes inesperadas que o governo de Evo Morales tomou. Apesar disso, afirma que deve-se lidar com os governantes em prol da manutenção da integração regional¹⁴⁸. Nesse mesmo sentido, em correspondência divulgada pelo WikiLeaks, o ministro das Relações Exteriores da época, Celso Amorim, afirmou que, embora a Venezuela seja considerada uma ameaça na região, isolar Chávez não era uma opção para o governo brasileiro e que ele “late mais do que morde”¹⁴⁹.

3.3.3 Documentos diplomáticos: Informações nacionais

No plano nacional, documentos da embaixada norte americana mostram a preocupação que os Estados Unidos tem com a eficácia do Brasil na promoção dos grandes eventos dos quais será sede nos próximos anos. Em um, a crítica é em relação ao jeito tipicamente brasileiro de articular os objetivos maiores e deixar os detalhes para o final além do excesso de promessas e da falta de planejamento que podem se revelar extremamente onerosas¹⁵⁰. Além disso, após o apagão de 2009, que deixou 18 Estados

¹⁴⁷ *México pediu aos EUA para comprometer Brasil contra Chávez*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/mexico-pediu-aos-eua-para-comprometer-brasil-contra-chavez.html>> Acesso em: 15/10/13.

¹⁴⁸ *Chávez incitou Bolívia a tomar Petrobrás, diz diplomacia americana*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chavez-incitou-bolivia-a-tomar-petrobras-diz-diplomacia-americana,661717,0.htm>>. Acesso em: 15/10/13.

¹⁴⁹ *Chávez late mais do que morde’, diz Amorim, segundo o WikiLeaks*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/hugo-chavez-late-mais-do-que-morde-diz-amorim-a-americanos-WikiLeaks.html>> Acesso em: 15/10/13.

¹⁵⁰ *13 fatos sobre o Brasil revelados pelo WikiLeaks*. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/13-fatos-sobre-o-brasil-revelados-pelo-WikiLeaks/>>. Acesso em: 15/10/13.

brasileiros sem energia, se tornou mais uma preocupação com a boa execução dos grandes eventos. Embora se tenha descoberto que falhas humanas teriam causado o apagão, e não comportamentos climáticos inesperados como foi divulgado inicialmente, o governo brasileiro admite a possibilidade que isso pode se repetir durante os eventos. As representações diplomáticas no Brasil viram uma oportunidade de cooperação no setor energético a partir do apagão de 2009¹⁵¹.

O Plano Nacional de Defesa, anunciado por Lula em 2008, que tem visa promover estratégias de modernização da estrutura nacional de defesa no médio e longo prazo, também é citado em alguns documentos. O embaixador americano no Brasil da época, Clifford Sobel, afirmou que o país tem o objetivo de ser “independente” (o embaixador utilizou o termo algumas vezes durante a redação do telegrama, sempre entre aspas)¹⁵². Em outro documento, a diplomacia norteamericana criticou o obsessivo interesse brasileiro em reforçar as fronteiras amazônicas contra atividades de Estados ou agentes não governamentais que possam prejudicar a segurança nacional. A chamada Amazônia Azul também está incluída no que eles chamam de “tradicional paranóia brasileira”. O documento relata que o país insiste em reforçar suas fronteiras mesmo quando não existe nenhuma ameaça¹⁵³.

Em um dos documentos mais polêmicos divulgados pelo WikiLeaks, uma listagem de locais descritos como vitais para a segurança nacional de vários países no mundo, territórios brasileiros onde há passagem de cabos submarinos (Fortaleza e Rio de Janeiro) e minas de minério de ferro (em Minas Gerais e Goiás) são considerados vitais para segurança nacional. O documento é alvo de crítica por revelar o interesse americano em identificar esses pontos sensíveis para serem explorados quando houve necessidade. O vazamento dessas informações coloca em cheque a legitimidade das ações do WikiLeaks já que expõe pontos fracos de países e que poderiam ser alvos de ataques de terroristas¹⁵⁴.

¹⁵¹ *13 fatos sobre o Brasil revelados pelo WikiLeaks*. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/13-fatos-sobre-o-brasil-revelados-pelo-WikiLeaks/>>. Acesso em: 15/10/13.

¹⁵² *13 fatos sobre o Brasil revelados pelo WikiLeaks*. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/13-fatos-sobre-o-brasil-revelados-pelo-WikiLeaks/>>. Acesso em: 15/10/13.

¹⁵³ *13 fatos sobre o Brasil revelados pelo WikiLeaks*. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/13-fatos-sobre-o-brasil-revelados-pelo-WikiLeaks/>>. Acesso em: 15/10/13.

¹⁵⁴ *WikiLeaks divulga locais 'vitais' para segurança nacional dos EUA*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/WikiLeaks-divulga-lista-de-locais-vitais-para-seguranca-nacional-dos-eua.html>>. Acesso em: 15/10/13.

Ainda sobre a questão da segurança nacional brasileira, um documento aponta a vulnerabilidade do espaço aéreo de Brasília, e tem com base um incidente causado por um avião de pequeno porte que foi roubado em uma cidade próxima à capital e que, mesmo seguido por aviões da aeronáutica, não foi abatido, atingindo um shopping em Goiânia. O documento chama atenção para a demora para que o governo brasileiro agisse o que poderia abrir brechas para ataques terroristas à prédios públicos de Brasília¹⁵⁵. Parte do plano para modernização da aeronáutica que inclui a compra de caças de alta tecnologia se arrasta por anos. Documentos vazados apontam que, na tentativa de fazer com que o país comprasse os caças norte americanos, a embaixada americana procurou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o comandante da Força Aérea Brasileira, Juniti Saito, para influenciar a decisão final. O documento afirma que é necessário um lobby maior para que os brasileiros confiem na proposta norte americana de venda dos jatos. A embaixada classificou as propostas francesas como fraudulentas e recomendou que a tecnologia necessária para a fabricação dos caças em território brasileiro fosse transferida conforme a demanda do governo¹⁵⁶.

Com relação ao pré-sal, outro documento nomeado de “A indústria do petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?”, entre outros, revela as pressões de empresas extratoras de petróleo para modificar a legislação criada especificamente para a exploração do pré-sal. De acordo com a lei, a Petrobrás seria a operadora exclusiva do pré-sal e as outras empresas teriam que repassar parte da produção para a União. O documento aponta que a estratégia que deveria ser adotada inclui recrutar novos parceiros para atuar no senado para tentar modificar alguns pontos da nova lei ou adiar sua aprovação¹⁵⁷. Em outro documento, o candidato à presidência nas eleições de 2010, José Serra, afirma que mesmo caso a lei fosse aprovada e ele ganhasse a corrida eleitoral, a legislação deixaria de entrar em vigor dando lugar para as antigas regras¹⁵⁸.

Os ataques criminosos de 2006, realizados pela organização criminosa PCC, também foram relatados em documentos vazados pelo WikiLeaks. O documento define

¹⁵⁵ *Brasília tem espaço aéreo frágil, diz WikiLeaks*. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasil-tem-espaco-aereo-fragil-diz-WikiLeaks-12122010-3.shl>> Acesso em: 15/10/13.

¹⁵⁶ *WikiLeaks: EUA fizeram lobby para Brasil comprar caças norte-americanos*. Disponível em: <noperamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/8038/WikiLeaks+eua+fizeram+lobby+para+brasil+comprar+cacas+norteamericanos.shtml> Acesso em: 15/10/2013.

¹⁵⁷ *Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal*. Disponível em: <<http://cartacapitalWikiLeaks.wordpress.com/2010/12/13/nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre-sal/>>. Acesso em: 16/10/13.

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://WikiLeaks.ch/cable/2009/12/09RIODEJANEIRO369.html>>. Acesso em: 16/10/2013.

estratégias que o Brasil deveria adotar para tentar acabar com a organização criminosa que se mantém através do tráfico de drogas e armas. Segundo o documento, o Brasil precisa profissionalizar e equipar ainda mais seu corpo policial além de levar projetos de inclusão social para as periferias das cidades, onde o PCC recruta seus membros. O sistema prisional brasileiro é alvo de fortes críticas do comunicado que aponta problemas como tortura, superlotação, doenças, abusos de autoridades e a corrupção¹⁵⁹.

Em 2008, quando o WikiLeaks intensificou as suas atividades, o ex-presidente Lula foi um das poucas autoridades que elogiou as ações do site. O Brasil também esteve na lista de países nos quais Julian Assange solicitou asilo diplomático após o seu pedido de extradição relatado no segundo capítulo. Além disso, recentemente, o país esteve no centro das atenções quando um ex-agente da CIA, Edward Snowden, revelou o gigantesco esquema de espionagem norte-americana. No Brasil, a Agência de Segurança Nacional americana espionou autoridades, como a própria presidente Dilma Rousseff, bem como importantes empresas como a Petrobrás. Em consequência disso, o Brasil intensificou a proteção da comunicação entre agentes públicos e fez um duro discurso na assembléia geral da ONU repudiando as ações dos Estados Unidos e propondo a criação de um regime de cybersegurança mais eficaz no sistema internacional. Julian Assange acompanhou a movimentação causada por Snowden e não ficou apático, recentemente se manifestou em apoio ao governo brasileiro, afirmando que os Estados Unidos haviam invadido o Brasil e que tal ato não poderia ser justificado pelo luta americana contra o terrorismo já que o esquema também envolvia as empresas brasileiras¹⁶⁰.

Por meio das análises desses documentos, é possível perceber a crescente participação brasileira nos assuntos internacionais. O envolvimento do país em assuntos clássicos das relações internacionais contemporâneas, como o caso da Palestina e Israel, é cada vez maior e cobra-se uma postura mais definida do Brasil. O pragmatismo da política externa inaugurada por Lula deixa ainda mais dúvidas nos diplomatas americanos quanto ao posicionamento do Brasil nesses assuntos. A aproximação brasileira à lideranças de Estados que são considerados como problemáticos na política

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://WikiLeaks.org/cable/2009/09/09SAOPAULO558.html>>. Acesso em: 16/10/2013.

¹⁶⁰ “Os EUA invadiram o Brasil”, diz Julian Assange sobre o escândalo de espionagem. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/31306/os+eua+invadiram+o+brasil+diz+julian+assange+sobre+escandalo+de+espionagem.shtml>> Acesso em: 15/10/2013.

externa americana, como Irã e Coréia do Norte, aumenta a preocupação dos diplomatas, o que fica evidente a partir da análise dos documentos. No contexto regional, fica claro que o Brasil desempenha papel fundamental. A relação com Hugo Chávez, que em certos momentos é harmoniosa e em outros nem tanto, é também motivo de preocupação dos americanos por considerarem que essa aproximação com a Venezuela pode enfraquecer tradicional aliança com os norte-americanos. Apesar do Brasil não estar mais sob o comando de Lula, a expectativa é que exista uma continuidade na política externa brasileira durante o governo Dilma. No entanto, nos primeiros anos do governo Dilma, percebe-se que os Estados Unidos ainda são uma das prioridades diplomáticas do Brasil, afinal, trata-se do segundo maior parceiro comercial do Brasil e dificilmente haverá uma ruptura nessa relação nos próximos anos.

CONCLUSÃO

Apesar de dividir as opiniões, as atividades do WikiLeaks ajudam a quebrar os paradigmas estatocêntricos criados no campo das relações internacionais. É fundamental considerar o papel desses novos agentes no sistema internacional. Mesmo que os documentos não tragam muitas informações inéditas, eles confirmam rumores e criam constrangimentos nas relações diplomáticas que antes não poderiam ser confirmados por falta de provas ou de fontes confiáveis. Apesar disso, dificilmente a organização ocasionou problemas práticos em negociações econômicas e políticas entre Estados ou mesmo alguma organização internacional.

Dada a amplitude dos vazamentos, uma análise mais abrangente e detalhada dos documentos é uma tarefa quase impossível. Acredita-se, no entanto, que para os devidos fins, uma análise amostral é suficiente para revelar do que os documentos tratam em sua grande parte embora isso possa ser visto como uma limitação do trabalho. Além disso, acredita-se que considerar o papel da sociedade civil e o da mídia, tradicionais e novas, nas relações internacionais é de extrema importância para uma análise eficaz da organização do sistema internacional. Apesar disso, o objeto foi limitado às ações da organização WikiLeaks podendo-se analisar a atuação de outras organizações em futuros trabalhos.

Permanece o problema de maior transparência quanto ao próprio funcionamento do WikiLeaks, suas fontes de financiamento, ligações com interesses econômicos e políticos, por exemplo. Para além da percepção maniqueísta do jogo internacional nas mãos de mocinhos e bandidos, é preciso relativizar tanto o poder dos fortes quanto a legitimidade dos contestadores. Desse modo não se incorre em equívocos, já cometidos, de se acreditar que o simples discurso crítico em relação aos Estados seria suficiente para gerar aceitação dos grupos. Apesar disso, talvez o grande legado do grande vazamento proporcionado pelo WikiLeaks, tenha sido a criação de uma marca forte que deverá ser lembrada quando outras pessoas tiverem documentos sigilosos em mãos e quiserem trazê-los à tona de forma segura.

O WikiLeaks serve como grande exemplo do uso de novas tecnologias para o acesso à informação, mesmo que tenham sido vazadas sem o consenso dos envolvidos. O avanço das novas tecnologias parece favorecer organizações da sociedade civil por

meio de um ambiente relativamente democrático como a internet, e isso parece ser um ponto interessante a ser explorado. Com base nisso, outros movimentos têm ganhado força a partir do uso da tecnologia, como é o caso do grupo *Anonymous* que, por diversas vezes, agiu em defesa do WikiLeaks. Além de grandes movimentações sociais que são organizadas e ganham força por meio do uso da internet como foi o caso da Primavera Árabe e os recentes protestos de junho de 2013 no Brasil.

Os Estados começam a perceber o poder desta ferramenta e já estão também fazendo uso dela em seus benefícios seja enrijecendo legislações regulatórias, seja criando canais de comunicação de transparência e comunicação direta com a população. Um exemplo disso é o recente programa de transparência que o governo brasileiro desenvolveu a fim de informar o salário de servidores públicos. Os mecanismos de defesa, desde as estratégias nacionais até tentativas de criação de um regime internacional eficaz para o cyberspaço, são áreas pouco exploradas nas relações internacionais embora desempenhem papel cada vez mais importante no mundo contemporâneo.

Tendo feito os Estados, ao mínimo, repensarem o modo de manter informações, o WikiLeaks serve como um grande sinal de alerta para os governos que desejam manter as suas confidencialidades na era da tecnologia. Apesar de algumas partes da estória terem chegado a um desfecho, como é o caso do soldado americano Bradley Manning (condenado a 35 anos de prisão pelo crime de espionagem, mas não pelo crime de ajuda ao inimigo), ainda existem questões em aberto como a própria situação de Assange, ainda asilado na embaixada do Equador em Londres. Uma análise sobre as legislações internacionais de proteção ao refugiado pode ser útil para esclarecer os limites legais para a situação de Assange.

Embora não tenha encerrado as suas atividades, os constantes ataques fizeram com que a organização perdesse força sendo atualmente lembrada, principalmente, em referência às ações individuais de Assange. Apesar disso, o marco da organização é histórico e suas ações servem de inspiração para que outras surjam apoiadas pelo desenvolvimento constante de novas tecnologias.

REFERÊNCIAS

- ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 12ª Ed. São Paulo: Papirus, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *La ciberguerra de WikiLeaks*. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-WikiLeaks.html>> Acesso em: 01 de out. 2013.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério e OLIVEIRA, Cândida. *Jornalismo pós WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5072/3884>> Acesso em: 01 de out. 2013.
- COX, R. W. (1986), “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: KEOHANE, R.: *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press.
- _____. *Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método*. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948*. Versão online disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 21 de abr. 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3 Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [Q. 13 §30].
- GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto, 2004.
- HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira; Petrópolis: Vozes, 1998.
- JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2007.
- LAFER, Celso. *Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks*. *Política Externa*, vol. 19, n.4 mar/abril/mai 2011.
- LEIGH, D; HARDING, L. *A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*. Tradução de Ana Resende. Campinas, São Paulo: Vesius, 2011.
- LUCERO, Everton. *Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- MATTELART, Armand. *Comunicação Mundo: Uma história das ideias e das estratégias*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo, SP: Gente, 2009.

_____ e KEOHANE, Robert O. *Power and Interdependence*. New York: Longman. 3rd.Ed.

_____ *Soft Power*. Em: NYE, Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Books, 1990.

_____ *The American national interest and global public goods*. Em: NYE, Joseph S. *The paradox of American power*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____ *Think again: soft power*. Disponível em:

<http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3393&print=1>. Acesso em: 10 set. 2013.

RODRIGUES, Pedro Luiz. Westphalia x WikiLeaks, um nó a ser desatado. *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. Em: *Contexto Internacional*, v. 27, n.2, dez. 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *O fenômeno WikiLeaks e as redes de poder*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5122/3879>> Acesso em: 01 out. 2013.

SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais, em *Política Externa*, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Bradão. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WAAK, William. *Jornalismo e Diplomacia*. *Política Externa*, vol 19, n.4, mar/abril/mai 2011.

Sites consultados

<<http://www.collateralmurder.com>> Acesso em: 15 out. 2013.

<<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

<<http://WikiLeaks.ch/cable/2009/09/09BRASILIA1112.html>> Acesso em: 15 out. 2013.

<<http://WikiLeaks.ch/cable/2009/12/09RIODEJANEIRO369.html>>. Acesso em: 16 out. 2013.

<<http://WikiLeaks.org/About.html>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

<<http://WikiLeaks.org/cable/2009/09/09SAOPAULO558.html>> . Acesso em: 16 out. 2013

Análises americanas sobre o Brasil também vazaram no WikiLeaks. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/773802-analises-americanas-sobre-o-brasil-tambem-vazaram-no-WikiLeaks.shtml>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

13 fatos sobre o Brasil revelados pelo WikiLeaks. Disponível em: <

<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/13-fatos-sobre-o-brasil-revelados-pelo-WikiLeaks/>>.

Acesso em: 15 out. 2013.

Bloqueio financeiro ameaça manutenção do WikiLeaks no ar. Disponível em:

<<http://tribunadonorte.com.br/noticia/bloqueio-financeiro-ameaca-manutencao-do-WikiLeaks-no-ar/200422>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

Boicote internacional para travar WikiLeaks. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1727568> . Acesso em: 21 abr. 2013.

Brasília tem espaço aéreo frágil, diz WikiLeaks. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/brasil-tem-espaco-aereo-fragil-diz-WikiLeaks-12122010-3.shl>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Chávez incitou Bolívia a tomar Petrobrás, diz diplomacia americana. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chavez-incitou-bolivia-a-tomar-petrobras-diz-diplomacia-americana,661717,0.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

‘Chávez late mais do que morte’, diz Amorim, segundo o WikiLeaks. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/hugo-chavez-late-mais-do-que-morde-diz-amorim-a-americanos-WikiLeaks.html>> Acesso em: 15 out. 2013.

China would accept Korean reunification. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/249870>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Documento mostra que Argentina comentou com EUA sobre programa nuclear do Brasil. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/blog/operaleaks/documento-mostra-que-argentina-comentou-com-eua-sobre-programa-nuclear-do-brasil/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Documento vazado pelo WikiLeaks afirma que Fidel quase morreu em 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101216_WikiLeaks_fidel_saude_rw.shtml> . Acesso em: 15 out. 2013.

EE UU retrata la corrupción en Cuba. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2011/01/22/actualidad/1295650804_850215.html> Acesso em: 15 out. 2013.

EUA sabiam de ataque israelense a reator nuclear na Síria, em 2007, diz jornal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/850458-eua-sabiam-de-ataque-israelense-a-reator-nuclear-na-siria-em-2007-diz-jornal.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Falta maturidade ao Brasil, dizem EUA. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1302201101.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Fears over safety of Pakistan's nuclear weapons. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/226331>> Acesso em: 15 out. 2013.
Israel se prepara para guerra em 'larga escala'. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/melhorWikiLeaks/posts/2011/01/03/israel-se-prepara-para-guerra-em-larga-escala-354023.asp>>. Acesso em: 15 out. 2013.

México pediu aos EUA para comprometer Brasil contra Chávez. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/mexico-pediu-aos-eua-para-comprometer-brasil-contra-chavez.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal. Disponível em: <<http://cartacapitalWikiLeaks.wordpress.com/2010/12/13/nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre-sal/>>. Acesso em: 16 de out. 2013.

“Os EUA invadiram o Brasil”, diz Julian Assange sobre o escândalo de espionagem. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/31306/os+eua+invadiram+o+brasil+diz+julian+assange+sobre+escandalo+de+espionagem.shtml>> Acesso em: 15 out. 2013.

Saudi king urges US strike on Iran. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/150519>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Tunisia – a US foreign policy conundrum. Disponível em: < <http://www.theguardian.com/world/us-embassy-cables-documents/217138>>. Acesso em: 15 out. 2013.

WikiLeaks cables claim Russia armed Georgian separatists. Disponível em: < <http://www.theguardian.com/world/2010/dec/01/WikiLeaks-cables-russia-georgian-separatists>>. Acesso em: 15 out. 2013.

WikiLeaks divulga locais 'vitais' para segurança nacional dos EUA. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/WikiLeaks-divulga-lista-de-locais-vitais-para-seguranca-nacional-dos-eua.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

WikiLeaks revela incômodo dos EUA após execução de Saddam. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/WikiLeaks-revela-incomodo-dos-eua-apos-execucao-de-saddam,48d837ab6daea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

WikiLeaks: EUA fizeram lobby para Brasil comprar caças norte-americanos. Disponível em: <noperamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/8038/WikiLeaks+eua+fizeram+lobby+para+brasil+comprar+cacas+norteamericanos.shtml>. Acesso em: 15 out. 2013.